



***Direcção-Geral da Acção Social***

---

***Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação***

***Maria Teresa Penha***

# ***Crianças em Risco***

---

---

***Lisboa, Dezembro de 1996***

## *Ficha Técnica*

---

**Autor:**

Maria Teresa Penha

---

**Colaboração:**

Ana Sofia Ribeiro

---

**Editor:**

Direcção-Geral da Acção Social  
Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação

---

**Colecção:**

Documentos Temáticos, Nº 4

---

**Plano gráfico e capa:**

David de Carvalho

---

**Impressão:**

Nova Oficina Gráfica, Lda  
Rua do Galvão, 34-A 1400 Lisboa

---

**Tiragem:**

500 exemplares

---

Dezembro/96  
ISBN 972 - 97257 - 3 - X  
Depósito Legal nº106076

---

# ÍNDICE

<b>NOTA PRÉVIA</b>	7
<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>1 - Enquadramento da Problemática</b>	11
1.1 - Factores de Risco	13
1.2 - Caracterização de Grupos Particularmente Vulneráveis	15
<b>2 - Análise de Alguns Indicadores Relevantes para Caracterização das Condições de Vida das Crianças</b>	17
2.1 - Evolução Demográfica e Sistemas de Povoamento	17
2.2 - Estrutura e Composição da Família	27
2.3 - Habitat	39
2.4 - Saúde	42
2.5 - Escolarização	45
2.6 - Emprego e Desemprego	48
<b>3 - Situações Particularmente Difíceis para as Crianças</b>	56
3.1 - Crianças com Necessidades Especiais	56
3.2 - Crianças Sujeitas a Maus Tratos e Negligência Severa	57
3.3 - Crianças Infectadas pelo Vírus da SIDA	58
3.4 - Comportamentos Desviantes	60
<b>4 - Algumas Pistas de Estratégias de Acção</b>	61
4.1 - Intervenção com Base nos Recursos Existentes	62
4.2 - Intervenção Precoce	64
4.3 - Construindo Resiliência	67
<b>5 - Alguns Indicadores Seleccionados</b>	69
5.1 - Alguns Indicadores Comparativos entre as Regiões	69
5.2 - Alguns Indicadores Desagregados a nível de Concelho	70
<b>Bibliografia</b>	89

# QUADROS

<b>1.1</b>	<b><i>Evolução da Taxa de Natalidade por Distrito</i></b>	18
<b>1.2</b>	<b><i>Estrangeiros Residentes em Portugal</i></b>	20
<b>1.3</b>	<b><i>Evolução das Taxas de Dependência</i></b>	23
<b>2.1</b>	<b><i>Famílias Clássicas, segundo a Dimensão</i></b>	28
<b>2.2</b>	<b><i>Tipo de Famílias</i></b>	29
<b>2.3</b>	<b><i>Distribuição Percentual de Mulheres, segundo o N° de Filhos Nascidos Vivos</i></b>	30
<b>2.4</b>	<b><i>Nados Vivos por Tipo de Filiação</i></b>	32
<b>2.5</b>	<b><i>Evolução dos Nascimento For a Casamento</i></b>	32
<b>2.6</b>	<b><i>Nados Vivos por Idade da Mãe</i></b>	33
<b>2.7</b>	<b><i>Nados Vivos por Idade da Mãe, segundo a Ordem de Nascimento</i></b>	34
<b>2.8</b>	<b><i>Nados Vivos por Referência à Idade do Pai e da Mãe</i></b>	34
<b>2.9</b>	<b><i>Nados Vivos por Idade da Mãe, segundo o Nível de Instrução e Profissão</i></b>	35
<b>2.10</b>	<b><i>Distribuição Percentual das Mulheres Casadas por Referência à Idade do 1º Casamento</i></b>	36
<b>3.1</b>	<b><i>Famílias e Alojamentos Familiares</i></b>	40

<b>4.1</b>	<b><i>Evolução de Alguns Indicadores de Saúde</i></b>	42
<b>4.2</b>	<b><i>Indicadores Sanitários</i></b>	43
<b>4.3</b>	<b><i>Principais Causas de Mortalidade até aos 20 Anos</i></b>	44
<b>4.4</b>	<b><i>Mortalidade Infantil por Referência ao Nível de Escolaridade da Mãe</i></b>	44
<b>5.1</b>	<b><i>Nível Escolar da População Portuguesa</i></b>	46
<b>5.2</b>	<b><i>Indicadores de Desempenho Escolar</i></b>	47
<b>6.1</b>	<b><i>População Activa e Desempregada</i></b>	50
<b>6.2</b>	<b><i>Mulheres com Filhos, Empregadas, Desempregadas e sem Actividade Económica e Respectiva Taxa</i></b>	53
<b>6.3</b>	<b><i>Taxas de Actividade Feminina na União Europeia</i></b>	54
<b>6.4</b>	<b><i>Caracterização do Trabalho dos Pais</i></b>	54
<b>7.1</b>	<b><i>Causas de Morte de Forma Violenta</i></b>	57
<b>7.2</b>	<b><i>Causas de Actuação do Tribunal</i></b>	57
<b>7.3</b>	<b><i>Casos de SIDA Registados por Grupos Etários</i></b>	58
<b>7.4</b>	<b><i>Casos de SIDA Registados por Residência</i></b>	59
<b>7.5</b>	<b><i>Situação que Provocou a Actuação do Tribunal</i></b>	60

# GRÁFICOS

<b>1.I</b>	<b>População Residente por Grupos Etários</b>	24
<b>1.II</b>	<b>Distribuição Estrutural da População do Continente dos 0 aos 17 Anos, pelos Distritos</b>	25
<b>2.I</b>	<b>Distribuição Estrutural das Mulheres do Continente, segundo o N° de Filhos</b>	31
<b>2.II</b>	<b>Evolução dos Divórcios (1945-1994)</b>	37
<b>2.III</b>	<b>Casamentos Celebrados e Interrompidos</b>	38
<b>3.I</b>	<b>Condições de Higiene e Conforto</b>	41
<b>5.I</b>	<b>Taxas de Analfabetismo por Distrito</b>	45
<b>6.I</b>	<b>Taxa de Actividade por Sexo</b>	49
<b>6.II</b>	<b>Distribuição Estrutural da População Activa</b>	51
<b>6.III</b>	<b>Distribuição Espacial da População Activa com 12 e mais Anos, segundo o Sector de Actividade</b>	52

# NOTA PRÉVIA

A Convenção sobre os Direitos da Criança é um ideal aceite universalmente em prol dos interesses e da protecção das crianças. O desafio que se coloca, a todos os países que, como Portugal ratificaram a Convenção é passar da aceitação universal à sua aplicação universal.

Apesar dos progressos alcançados nas últimas décadas no domínio da saúde, da educação e da protecção social e jurídica das crianças, persistem ainda na nossa sociedade frequentes e preocupantes violações dos mais elementares direitos das crianças. A omissão ou a insuficiência de acções para os promover deve, naturalmente, inquietar, questionar, responsabilizar e motivar todos os que podem e devem contribuir para que o direito de ser criança se cumpra no tempo de o ser, com dignidade, alegria e amor.

Na persecução deste espírito, o quadro referencial do **Programa SER CRIANÇA** assenta na Convenção dos Direitos da Criança, pretendendo-se que o seu desenvolvimento venha a contribuir para que, a nível local, os actores e os autores, unidos num mesmo objectivo, possam “inventar” uma sociedade profícua à concretização efectiva desses direitos.

Porque entendo que só se realiza o que previamente se conhece e interioriza, o estudo **Crianças em Risco**, que agora se divulga, corresponde ao propósito de conhecer e dar a conhecer do que se fala quando se fala em crianças carenciadas, identificar os factores individuais, familiares e sociais associados significativamente às diferentes situações de “risco” bem como, contextualizar e avaliar a dimensão dos fenómenos.

É minha convicção que este estudo, pelo conjunto de informação que reúne, muito embora se reconheça as suas limitações, irá contribuir para sensibilizar, informar e facilitar a busca esclarecida e comprometida de soluções, na medida em que, constitui um meio orientador da intervenção de despiste e de prevenção e um contributo para a correcção das disparidades nacionais relativamente ao desempenho da protecção social das crianças, bem como, permitirá a avaliação do impacto das acções a desenvolver neste domínio

A todos aqueles que ao lerem este estudo se questionem e motivem, faço um repto:

- como inventar formas de enganar destinos “marcados”, melhorar a sorte de actores problemáticos e intervir através de estratégias de desenvolvimento participado?
- como garantir o princípio de cidadania segundo o qual todas as crianças, mesmo as portadoras de uma doença ou de uma deficiência, nascem livres e iguais em direitos e oportunidades?

- como garantir a satisfação das necessidades particulares das crianças, cujas trajectórias de vida deslizam entre famílias pobres e desestreturadas, a aventura da rua, a exploração e a violência, sem as estigmatizar?
- como motivar/sensibilizar os pais, as famílias e as comunidades para que todas as crianças tenham um LAR e não apenas uma habitação, para que todas as crianças aprendam os meandros da sociabilização, vivendo práticas socializantes ricas em compreensão e afecto?
- como garantir a todas as crianças o direito de brincar, de comunicar e fazer ouvir a sua voz, de ser informada com verdade, de ser respeitada na sua identidade e dignificada na sua cultura?

Com base nas ideias, fruto do contacto com a comunidade, com as famílias e com as próprias crianças, **pensar a CRIANÇA como um TODO em si própria**, como um sistema em relação com todo o seu meio, com direitos e deveres sem subalternização das suas capacidades, é o objectivo primordial do **Programa Ser Criança**.

Assim, que todos nós, mais directa ou indirectamente solidariamente cúmplices deste desafio sejamos capazes de criar e recriar formas de comunicação significativas entre as crianças, as famílias e as comunidades, construindo sociedades mais tolerantes e felizes.

*Maria Joaquina Madeira*  
Directora Geral da Acção Social

# INTRODUÇÃO

Este estudo enquadra-se no pedido da Senhora Directora Geral ao SIAS com o objectivo de vir a constituir um instrumento de suporte ao **Programa “Ser Criança”**

“**Crianças em Risco**” é o resultado de um trabalho de pesquisa sobre os factores limitativos de um são desenvolvimento das crianças e da identificação de indicadores que indiciem situações potencialmente desfavoráveis ao desenvolvimento infantil numa perspectiva sócio familiar.

Embora o universo objecto de estudo tenha sido definido todo o Território Nacional , este trabalho considera sobretudo o Continente , uma vez que a organização dos dados estatísticos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nem sempre é coincidente com a do Continente o que dificulta a sistematização dos dados . Por outro lado, as restrições de tempo para a realização deste estudo , tendo em vista a sua concretização em tempo útil face à sua finalidade, nem sempre permitiu que a pesquisa fosse tão longe quanto desejaríamos

A desagregação espacial dos dados a nível de distrito permite, em termos globais, identificar os distritos mais deficitários, em termos da satisfação das necessidades básicas das famílias, com repercussão na qualidade de vida das crianças, evidenciando-se os distritos de Viseu, Vila Real e Bragança, que sistematicamente e cumulativamente apresentam valores negativos num elevado número de indicadores, por referência às médias nacionais, necessitando por isso de uma atenção especial da Acção Social .

Reconhece-se, no entanto, que uma maior desagregação de alguns dados permitiria uma interpretação da realidade mais contextualizada e por ventura uma melhor compreensão dos fenómenos sociais com impacto no bem estar das crianças.

Este trabalho estrutura-se em quatro capítulos . No primeiro faz-se uma revisão limitada da literatura acerca das problemáticas teóricas das crianças socialmente desfavorecidas, dos factores de risco e de grupos especialmente vulneráveis.

O segundo capítulo é dedicado à recolha e análise de alguns dados estatísticos com especial impacto no bem estar da criança, como: o crescimento demográfico, a estrutura familiar e as suas tendências, as condições de habitação e conforto, a saúde infantil, a educação e o emprego ou a sua falta.

O terceiro capítulo constitui uma breve análise de situações de extrema vulnerabilidade para as crianças . Trata-se apenas de uma chamada de atenção para a sua priorização nas propostas de acção, já que , a grande maioria destas situações extremas não são graves pela sua expressão estatística , são graves pela natureza dos problemas e pelo sofrimento que envolvem.

No quarto e último capítulo faz-se alguma reflexão sobre estratégias de acção, hoje desenvolvidas e aplicadas em programas para crianças desfavorecidas, fruto de trabalhos de pesquisa e da experiência no terreno.

Por último, apresenta-se um anexo constituído por quadros com vários indicadores desagregados a nível de concelho, bem como, alguns indicadores comparativos entre as regiões.

## 1 - Enquadramento da problemática

A criança por definição e pelas várias vulnerabilidades associadas ao “SER” criança está exposta a riscos acrescidos. Assim, o conceito lato de “Criança em risco” abrange um vasto leque de situações que se torna necessário delimitar em função da actuação preventiva no âmbito da Acção Social.

Em grandes linhas três características fundamentais definem os momentos iniciais da existência humana:

- **a incapacidade de sobreviver pelos seus próprios meios;**
- **a necessidade de estabelecer vínculos sociais com a figura materna;**
- **o modo organizado de interacções com o envolvimento de forma a assimilar os objectos ou dados do conhecimento e de se acomodar a eles.**

O grupo familiar constitui o primeiro contexto responsável pela “supervivência” da criança, através da satisfação das necessidades primárias, físicas ( alimentação, abrigo e protecção contra o perigo ) e sócio-emocionais ( interacção, afecto, atenção, estimulação, aceitação e jogo ).

Deste ponto de vista a definição do conceito de “risco” deve considerar a heterogeneidade destas necessidades físicas e psicológicas nas diferentes idades da criança ( estádios de desenvolvimento ) e da capacidade dos vários contextos de desenvolvimento ( família, escola, comunidade ) de satisfazer essas mesmas necessidades.

Partindo desta premissa pode considerar-se “criança em risco “ a criança que pelas suas características biológicas e ou pelas características da sua família está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer de omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva.

A UNESCO, na Declaração de Salamanca (1) definiu o conceito de alto risco como “a presença de características ou condições da própria criança ou do meio no qual cresce e se desenvolve, as quais implicam uma alta possibilidade de produzir efeitos negativos sobre o seu processo de crescimento e desenvolvimento, até ao ponto de determinar um atraso de maior ou menor amplitude”.

Com efeito, torna-se difícil definir fronteiras muito nítidas entre criança em risco ou criança maltratada na medida em que o risco se situa exactamente na fronteira entre a forte probabilidade de vir a acontecer e o acontecer. Ora como os maus tratos resultam de processos dinâmicos e contínuos nem sempre é possível determinar com exactidão onde acaba um e começa o outro.

Segundo alguns autores o que diferencia o conceito de “*mau trato*” da insuficiência e privação de cuidados resultantes da pobreza em que muitas crianças vivem é a intencionalidade atribuída ao mau trato definindo-se este pelo “*caracter não accidental ou intencional da agressão que pode ser física ou psíquica, activa ou passiva e que tem como significado profundo, consciente ou inconsciente, a rejeição afectiva da criança*”.

T. Tjossem, (2) no quadro de programas de intervenção precoce, definiu como “*alto risco*” três tipos de categorias as quais, por razões diferentes, apresentam necessidades de apoio precoce, de forma a assegurar o seu normal desenvolvimento, prevenir maiores défices ou recuperar os já perdidos:

---

(1) Unicef - Educacion Hoy Perspectives. Declaração de Salamanca.

(2) Ver Tjossem, T.D. (1978).

- **crianças em risco estabelecido** - trata-se de crianças que precocemente apresentam um desenvolvimento atípico, relacionado com deficiências ou doenças claramente identificadas;
- **criança em risco biológico** - trata-se de crianças com grande possibilidade de virem apresentar alterações ou atrasos no seu desenvolvimento, em virtude de possíveis lesões de tipo biológico (condições pré e peri-natais, parto prematuro, complicações durante a gravidez);
- **crianças em risco envolvimento** - trata-se de crianças em situação de privação sócio-cultural ou afectiva (pobreza, marginalidade, falta de cuidados primários).

Estas categorias estão presentes de modo quase equivalente noutros estudos analisados. Assim, *Leitão (3)*, estabelece igualmente três categorias de crianças em risco:

- **crianças em situação de privação socio-cultural;**
- **crianças em situação de risco biológico;**
- **crianças com diferentes tipos e graus de deficiência**

Igualmente estudos realizados por *Turner (4)*, no âmbito de programas de apoio social, evidenciam três categorias de situações principais associadas a situações de risco que na sua génese, embora com terminologia diferente, se aproximam dos já referidos:

- **famílias de riscos múltiplos com falta de suportes sociais;**
- **crianças biologicamente deficitárias, com frequência prematuras e ou com deficiência;**
- **contactos deficitários pais/bebés no período posterior ao nascimento, muitas vezes consequência dessa mesma deficiência.**

Os factores de risco de cada uma das três categorias identificadas não são mutuamente exclusivas podendo ocorrer em interacção e cumulativamente umas como outras.

Com efeito, o conhecimento actual dos factores de risco demonstram não existir uma causa única, nem ser possível estabelecer uma relação de causa e efeito, verificando-se que os graves problemas resultam da acumulação de diferentes factores.

Nesta perspectiva, a etiologia de risco terá sempre que ser problematizada num quadro referencial interactivo, no qual as condições socio-económicas e culturais da família, as características biológicas da criança e as características da personalidade dos pais, actuam de uma forma dinâmica e recíproca.

Com efeito, uma situação de risco biológico, prematuridade por exemplo, associada a uma situação de grande privação de cuidados potencia as possibilidades de risco, enquanto que a mesma situação num quadro familiar estimulante diminui drasticamente essas probabilidades.

Os riscos envolvimento e os riscos de tipo biológico ocorrem frequentemente associados, funcionando ora uns ora outros como factores precipitantes de situações graves.

O modelo interactivo ou multifactorial analisa as situações de risco a partir de uma matriz de factores socio-culturais, psicológicos e biológicos que actuam como um todo organizado. A percepção de risco aparece assim, como a expressão da interacção dos vários factores, o que significa que não é simplesmente a soma desses factores que determinam a situação, mas sim o seu efeito multiplicador que pode desencadear no conjunto, uma situação de “*alto risco*” ou mesmo de “*maus tratos*”.

Nesta perspectiva, torna-se necessário conhecer e identificar os **factores de risco** presentes em cada situação e analisar as suas relações e os seus efeitos.

---

(3) Ver Leitão, F.Ramos (1989).

(4) Ver Turner, R.S. (1983).

## **1.1 - Factores de Risco: Definição e Operacionalização de Critérios**

No que respeita aos *factores de risco* de natureza *social* interessa diferenciar entre dois níveis de variáveis: **macro-social e micro-social**.

**A nível macro-social** os factores deverão ser interpretados como factores facilitadores de risco e não como factores etiológicos exclusivos, sendo de destacar:

**A pobreza** afecta dramaticamente as crianças de tal forma, que as crianças de famílias pobres irão suportar, com enormes probabilidades, ao longo dos respectivos ciclos de vida, pesados estigmas condicionantes de ultrapassar as condições de pobreza..

A privação dos recursos elementares à satisfação das necessidades básicas como a má nutrição, a falta de higiene, as más condições habitacionais e as suas consequências, na saúde, no desempenho escolar e na inserção social, constitui um factor de reprodução social da pobreza que atinge uma significativa faixa da população portuguesa.

**A desadequação entre as capacidades e necessidades da família nuclear e a organização da vida e do trabalho** constitui um dos factores determinantes da vulnerabilidade da família, concretamente no domínio sócio-afectivo, o que tem contribuído para que um grupo crescente de crianças sofra de privação afectiva por não existir entre ela e os pais uma relação suficientemente estimulante e intensa.

Especialmente no meio urbano, o trabalho dos pais, os longos horários semanais associados a deslocações longas, a insuficiente infra-estrutura de apoio social associada a insuficientes redes de ajuda familiar e vizinhança têm contribuído para que a família venha perdendo capacidade para socializar adequadamente as crianças e proporcionar-lhes um espaço emocional estimulante e reparador.

**A nível micro-social**, destacam-se os factores de risco que têm sido identificados como mais significativos.

**O Stress social** - o número e tipo de situações que geram tensão psíquica é considerado como um factor de risco pela diminuição do autocontrolo, da auto-estima e do aumento da frustração precipitantes de conflito.

O stress social pode ter origem em conflitos/crises pontuais - divórcios, separações, lutos, desemprego, doença - ou ser de natureza estrutural associado a elevados níveis de privação material ou a fortes tensões psíquicas como a presença de doenças crónicas ou deficiência.

**Famílias funcionalmente deficitárias** - por incapacidade para assumir adequadamente as funções parentais por falta de maturidade, desorganização estrutural ou déficit na capacidade empática constitui um factor perturbador do desenvolvimento físico e emocional da criança.

A precocidade no casamento e na gravidez, a maternidade fora do casamento, o elevado número de filhos muito próximos uns dos outros podem criar situações de risco se não tiverem redes sociais de suporte.

**Suporte social** - a falta de suporte social às famílias em situação de privação seja, de natureza material, psicológica ou social é considerado por vários autores como um dos factores responsável pela eclosão de crises graves que poderiam ser prevenidas.

Suporte social, tal como *Turner* (5) o definiu “ é a percepção do indivíduo, a partir da sua inserção nas redes sociais, de que é amado, valorizado e estimado e de que pertence a uma rede de direitos e obrigações”. Nesta perspectiva, o suporte social desempenha funções de apoio instrumental e material, apoio emocional e controle social.

Ainda segundo o mesmo autor é importante a distinção entre os conceitos de *suporte social* e *redes de relações sociais* na medida em que nem todas as redes sociais implicam *suporte social*.

Com efeito, várias investigações têm evidenciado a correlação existente entre o isolamento social e o comportamento perturbado de algumas famílias. A importância da família alargada, dos amigos ou vizinhos como ajuda numa situação de crise é hoje bem reconhecida em saúde mental.

Assim, as famílias socialmente isoladas, desligadas do passado e desenraizadas encontram-se afectivamente muito mais desprotegidas e socialmente vulnerabilizadas, sem possibilidades de aferir os seus modelos de conduta com os membros do seu grupo, no qual a troca de saberes, a aprovação ou rejeição das condutas são integradas e assimiladas numa rede de interações complexas mas envolventes, em que os afectos, os papéis, as informações e as acções interagem num sistema de códigos com interpretação comum.

**Estilos de vida** - algumas condutas desviantes associadas ao consumo de drogas, ao alcoolismo, à prostituição e à mendicidade têm sido também evidenciadas como factores de alto risco, que deverá ser sempre analisado num quadro psicossocial.

**Factores culturais** - as famílias consideradas culturalmente mais vulneráveis estão normalmente associadas a padrões educativos demasiadamente rígidos, partindo do princípio de que as crianças, para superar as dificuldades da vida devem ser endurecidas. Assim, privilegiam a disciplina como um fim, recorrendo, com frequência ao castigo corporal e por vezes à violência.

Estas condutas, apreendidas por vezes, de forma inconsciente, fruto das suas próprias experiências vividas na infância, podem submeter a criança a situações de stress físico e psicológico perturbador de um normal desenvolvimento.

**Factores de risco centrados na criança** - vários estudos têm procurado conhecer as *características particulares de algumas crianças* que determinam ou favorecem a eclosão de problemas graves de negligência e maus tratos.

A constatação de maus tratos ( especialmente físicos ) dirigidos a uma criança em particular, quando os restantes irmãos não apresentam qualquer problema grave tem determinado o interesse de vários investigadores. Com efeito, as causas que originam essas situações de maus tratos têm sido objecto de pesquisas com o objectivo de identificar as características particulares de vulnerabilidade dessas crianças, evidenciando-se as seguintes.

- *Previamente ao nascimento* - existem situações que aumentam significativamente as probabilidades de rejeição da criança evidenciando-se, entre outras, a *gravidez não desejada*, designadamente, fruto de relações extra conjugais, mães solteiras e ou adolescentes, nascimentos posteriores à separação dos pais.
- *A partir do nascimento* - há um grupo de crianças consideradas como “*atípicas*” que aparecem frequentemente entre os casos de maus tratos.
- De uma maneira geral as crianças que ao nascer necessitam de cuidados médicos especiais, como os prematuros, obrigam a uma separação mais ou menos prolongada dos pais, que pode provocar bloqueios no processo de vinculação afectiva que se estabelece nos primeiros momentos depois do nascimento, especialmente entre a mãe e o filho.

---

(5) Ver Turner, R. S. (1983)

- *As crianças que pelas suas características físicas, designadamente as crianças com deficiência físicas ou mentais* provocam um choque emocionalmente muito forte e frustrações violentas face às expectativas dos pais que caso não sejam superadas conduzem, com frequência, ao desinvestimento afectivo e à desatenção severa.
- *As crianças com doenças frequentes ou crónicas* que continuamente requerem assistência médica e que necessitam de cuidados redobrados constituem uma fonte de stress suplementar.
- *As crianças chamadas “difíceis”* constituem um grupo especialmente vulnerável às condutas de violência. Alguns autores evidenciam que a criança objecto de abuso físico apresentam disfunções de conduta associados a uma componente afectiva de tipo negativa. São crianças hiperactivas, menos sociáveis na interacção com os adultos, irritáveis, difíceis de controlar e consolar quando choram, com problemas de pautas de alimentação e ritmos de sono.

No entanto, Ochotorena (6) chama a atenção para o facto dos estudos realizados com base neste tipo de informação serem retrospectivos e que por conseguinte, avaliam as características da criança depois da ocorrência do mau trato. Assim é impossível determinar qual a relação causa-efeito, não se podendo deduzir que o mau trato se produziu por a criança ser especialmente “difícil”, nem que a criança “é difícil” pelo tipo de relação que tem vindo a estabelecer com os seus pais.

## **1.2 - Caracterização de Grupos Particularmente Vulneráveis**

---

### **A nível etário**

---

As investigações levadas a cabo nos últimos anos, nomeadamente na área do desenvolvimento infantil, vieram mostrar que as **crianças nas primeiras idades, mesmo o recém nascido é já um ser “altamente organizado e competente”** capaz de participar em interacções complexas com o seu envolvimento.

Durante o primeiro ano de vida a criança apresenta já padrões de actividade motora voluntária muito estruturada e a sua competência social desenvolve-se igualmente desde muito cedo. Estas competências precoces para participar em processos de interacção social complexos, inclusive a criança com deficiência ou em situação de risco biológico ou ambiental, vão permitir-lhe organizar as suas experiências.

O reconhecimento destas premissas permitem uma melhor compreensão da forma como se processa o desenvolvimento infantil, nomeadamente nos três primeiros anos de vida e fortalecer a opinião da sua importância no ulterior desenvolvimento das suas capacidades.

Assim, pode-se considerar que os primeiros anos de vida constituem um período particularmente vulnerável ao desenvolvimento humano dependendo muito o seu sucesso das condições que lhe são oferecidas.

---

(6) Ver Ochotorena, Joaquin de Paúl

## ***A nível biológico***

---

Presença no grupo familiar de **crianças com risco estabelecido**, inclusive crianças com deficiência, crianças com doenças crónicas, crianças ou mães com problemas de saúde pós parto e crianças prematuras cumulativamente com omissões confirmadas no acompanhamento médico, durante a gravidez, no parto e ou no acompanhamento médico regular.

## ***A nível sócio-famillar***

---

**Famílias funcionalmente deficitárias**, mães ou pais adolescentes, psicologicamente imaturos, pais toxicodependentes, presença de doenças mentais.

**Famílias expostas a elevados factores de stress** pela presença no grupo familiar de, perturbações mentais doenças crónicas, como a SIDA, pessoas com deficiências ou com comportamentos desviantes, tais como o alcoolismo, a toxicodependência, prostituição e cadastrados.

**Famílias isoladas com fraca inserção em redes sociais de apoio**, desligadas do passado, afastadas das gerações anteriores e da sua terra de origem, desenraizadas da sua cultura, tais como famílias imigrantes, famílias estigmatizadas com falta de suporte social, especialmente quando monoparentais.

**Famílias numerosas com baixos rendimentos**, baixos níveis de instrução, condições habitacionais precárias, com a presença de abandono escolar precoce ou trabalho infantil.

## **2 - Análise de alguns indicadores relevantes para caracterização das condições de vida das crianças**

### **2.1 - Evolução Demográfica e Sistemas de Povoamento**

A evolução demográfica e de sistema de povoamento, entre 1981-1991, caracterizou-se por quatro aspectos principais:

- “a estagnação da população que aumentou apenas 23 mil habitantes;
- o envelhecimento da população em resultado do declínio das taxas de natalidade, de fecundidade e da estabilização da taxa de mortalidade geral;
- o fortalecimento da tendência de litoralização do povoamento e de concentração da população nos centros urbanos, nomeadamente nas cidades do interior;
- a modificação das estruturas familiares no sentido de uma definição de família progressivamente menos fixa e de menor dimensão, e do aumento das famílias monoparentais e de nascimentos fora do casamento” (7).

### **Comportamento do crescimento demográfico**

A população residente era constituída em 1991 por 9862 mil habitantes com a seguinte estrutura etária e evolução:

<b>POPULAÇÃO</b>	<b>1981</b>	<b>1991</b>	<b>1993</b>
<b>0 - 14 ANOS</b>	<b>25,3%</b>	<b>19,9%</b>	<b>18,4%</b>
<b>15 - 64 ANOS</b>	<b>63,2%</b>	<b>66,5%</b>	<b>67,4%</b>
<b>65 e + ANOS</b>	<b>11,5%</b>	<b>13,6%</b>	<b>14,2%</b>

Entre 1981 e 1991, verifica-se que a percentagem de jovens baixou cerca de 5 pontos percentuais enquanto a dos idosos subiu 2 pontos percentuais.

(7) Preparar Portugal para o Séc. XXI - Análise Económica e Social - MPAT, 1993

## Natalidade e fecundidade

Para esta evolução demográfica, contribuiu sobretudo o declínio da taxa de natalidade e de fecundidade que entre 1980 e 1990 passou de 16,0% para 11,8%:

### Taxas de Natalidade

1975	1980	1985	1990	1993
19,1	16,0	12,8	11,8	10,4

O quadro 1-1 é demonstrativo da descida da natalidade em todos os distritos, verificando-se nos últimos anos apenas uma leve subida no distrito de Setúbal.

Embora as taxas de natalidade revelem uma certa homogeneidade na sua distribuição pelos distritos, apresentam uma maior sobre-representação nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Faro e nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

### QUADRO 1.1 - Evolução da Taxa de Natalidade por Distrito

DISTRITOS	1987	1989	1993	DISTRITOS	1987	1989	1993
AVEIRO	13,1	12,1	12,4	LEIRIA	11,5	11,2	10,9
BEJA	10,1	9,8	9,0	LISBOA	10,2	10,3	11,1
BRAGA	15,6	14,6	14,4	PORTALEGRE	9,8	9,8	8,8
BRAGANÇA	10,5	9,8	8,8	PORTO	13,8	13,3	13,4
C. BRANCO	10,0	9,7	8,5	SANTARÉM	10,1	9,2	9,5
COIMBRA	10,4	10,3	10,0	SETÚBAL	10,2	9,4	10,8
ÉVORA	10,7	10,2	10,9	V. DO CASTELO	11,9	10,5	10,1
FARO	11,6	11,6	11,3	VILA REAL	12,6	11,3	10,2
GUARDA	11,3	10,2	8,5	VISEU	13,1	11,9	10,6
AÇORES	17,4	15,7	15,5	MADEIRA	14,1	13,4	13,7
CONTINENTE	11,3	10,2	8,5	PORTUGAL	13,1	11,9	10,6

Fonte: Estatísticas Demográficas - INE

A taxa de natalidade está, obviamente, relacionada com as taxas de fecundidade as quais dependem sobretudo de factores sócio-culturais.

Assim o número médio de descendentes por mulher que era de 3 filhos em 1960 passou, em 1991 para 1,5 filhos, nível muito inferior ao limiar indispensável para assegurar a renovação de gerações.

#### **Evolução do Índice Sintético de Fecundidade**

1960	1980	1985	1991
3	2,2	1,7	1,5

### ***Mortalidade***

---

O progressivo envelhecimento demográfico contribuiu, no caso português, para o aumento da taxa de mortalidade em todas as regiões do país, sobretudo do Alentejo, e do Centro.

A mortalidade infantil registou um declínio de 10,4 pontos percentuais entre 1981 e 1991, o que representa 50,4%, passando de 21,4% para 10,8%.

### ***Crescimento natural e migrações***

---

As variações do crescimento efectivo dependem da conjugação de duas variáveis - crescimento natural com o crescimento migratório. Por vezes uma compensa a outra enquanto outras regiões são atingidas por duplo agravamento de crescimento num sentido positivo ou negativo.

Com efeito a análise do comportamento demográfico apresenta variações importantes entre 1981-1991, verificando-se o crescimento demográfico efectivo mais significativo no Algarve (+5,5%) seguido do Norte (+1,8%), enquanto as maiores quebras demográficas registaram-se no Alentejo (-6,0%), no Centro (-2,4%) e nos Açores (-2,3%).

No entanto, uma análise desagregada a nível de concelho permite encontrar variações bem mais significativas que se situam entre variações positivas de 31,1% no Seixal ou de 22,3% na Moita, ou de 21,7% em Albufeira e variações negativas de -25,6% no Vimioso, ou de -23,9% em Monchique, ou -21% em V. Nova de Foz Côa.

Nos anos 80 a diminuição da emigração e das migrações inter-regionais contribuíram para o aumento da importância da componente do crescimento natural na evolução demográfica portuguesa.

No entanto considera-se que, normalmente, as migrações constituem um factor de instabilidade das famílias com períodos de adaptação por vezes muito difíceis e penosos com repercussões na vida das crianças.

Com efeito, elas representam um corte brusco com todo um património que dá segurança - a famílias, as redes sociais e a sua cultura o que implica uma adaptação mais ou menos longa e sempre complexa.

As crianças, filhas de imigrantes, são normalmente duplamente atingidas, primeiro, a nível familiar, vive-se uma certa tensão e insegurança e depois, a nível da inserção social e comunitário têm dificuldades acrescidas para encontrar a sua identidade.

Assim, se as condições sócio-económicas e de habitat do imigrante forem precárias, é fácil admitir que os factores de risco sobre as crianças são acrescidos. Neste contexto, julga-se de interesse analisar este aspecto.

Em 31 de Dezembro de 1994 residiram em Portugal 157073 estrangeiros com situação regularizada, o que traduz um crescimento de 19,4% relativamente a 1993.

Do total de estrangeiros residentes em Portugal, mais de metade residem no distrito de Lisboa- 85511 - o que corresponde a 54,4%. Seguem-se os distritos de Faro com (12,6%), Setúbal com (8,8%) e Porto com (6,3%), apresentando o distrito de Bragança a mais baixa proporção de estrangeiros (0,1%) -Cf quadro 1-2

### QUADRO 1.2 - Estrangeiros Residentes em Portugal

NACIONALIDADE	EUROPA		ÁFRICA		AMÉRICA - SUL		AMÉRICA DO NORTE	ÁSIA	OCEANIA	APÁTRIDAS	TOTAL
	CE	OUTROS	PALOP	OUTROS	BRASIL	OUTROS					
AVEIRO	621	130	807	78	2 019	2 122	832	101	12	2	6 724
BEJA	443	34	81	15	35	9	15	2	0	0	634
BRAGA	644	92	415	36	914	22	156	23	2	2	2 306
BRAGANÇA	54	6	77	4	44	4	14	4	0	2	209
C. BRANCO	132	43	134	8	97	17	62	15	3	0	511
COIMBRA	934	133	1 190	69	829	189	306	138	27	1	3 816
ÉVORA	288	106	200	7	68	8	21	14	5	0	717
FARO	9 598	827	5 562	653	844	512	820	721	168	36	19 741
GUARDA	125	5	97	13	143	24	234	6	0	1	648
LEIRIA	528	67	540	45	408	79	437	28	2	8	2 142
LISBOA	16 778	2 375	46 116	2 260	7 960	773	4 456	4 442	183	168	85 511
PORTALEGRE	240	21	128	9	32	2	13	3	1	0	449
PORTO	2 886	393	1 922	156	3 281	451	371	401	15	11	9 887
SANTARÉM	343	29	405	36	91	27	127	32	8	0	1 098
SETÚBAL	1 735	192	10 447	174	571	118	215	322	30	26	13 830
V. CASTELO	443	24	99	14	278	20	262	16	1	1	1 158
VILA REAL	90	21	114	11	376	10	119	5	0	1	747
VISEU	153	17	166	18	652	37	194	20	3	1	1 261
CONTINENTE	36 035	4 515	68 500	3 606	18 642	4 424	8 654	6 293	460	260	151 389
AÇÓRES	379	38	322	9	123	25	1 981	13	6	4	2 900
MADEIRA	702	150	123	70	188	1 413	104	16	11	7	2 784
TOTAL GERAL	37 116	4 703	68 945	3 685	18 953	5 862	10 739	6 322	477	271	157 073

Fonte: Estatísticas INE, 1995

As comunidades africanas representam cerca de 46,2% do total de estrangeiros, seguindo-se-lhe as oriundas da C.E.(23,6%) e da América do Sul (15,8%).

Cerca de 23,3% dos estrangeiros residentes são nacionais de Cabo Verde, sendo a comunidade brasileira a segunda maior com uma representação de 11,8% do total.

A relação de masculinidade da população estrangeira é bastante elevada, verificando-se uma relação de 141 efectivos masculinos por 100 femininos.

Em termos evolutivos, a relação de masculinidade da população estrangeira tem vindo a descer. Em 1992 esta relação era de 175 homens para 100 mulheres.

A mesma tendência verifica-se em relação aos indivíduos estrangeiros que em 1994 solicitaram autorização de residência pela 1ª vez - 5653 indivíduos dos quais 52,7% eram homens e 47,3% eram mulheres.

A estrutura etária revelou uma proporção de jovens até aos 29 anos relativamente elevada com a seguinte constituição:

#### **Estrutura Etária**

<b>0 - 14 ANOS</b>	<b>8%</b>
<b>15 - 59 ANOS</b>	<b>86%</b>
<b>60 e + ANOS</b>	<b>6%</b>

Relativamente à condição perante o trabalho verifica-se que 53,0% constitui população activa e 47% não-activa. As profissões com maior peso de efectivos são as seguintes:

- operários e trabalhadores não agrícolas, operários qualificados ou não das indústrias transformadoras - 49,9%
- especialistas das profissões científicas, técnicas e liberais - 23%

### ***Migrações internas***

As atracções internas parecem indiciar uma redução das polaridades de crescimento verificando-se, no entanto algumas situações especialmente atractivas com crescimentos migratórios positivos com taxas de crescimento entre os +10% e os +20%, designadamente em concelhos do Litoral com destaque para a região da Grande Lisboa (Loures, Sintra, V. Franca de Xira) e da Península de Setúbal (Seixal, Palmela, Moita e Sesimbra).

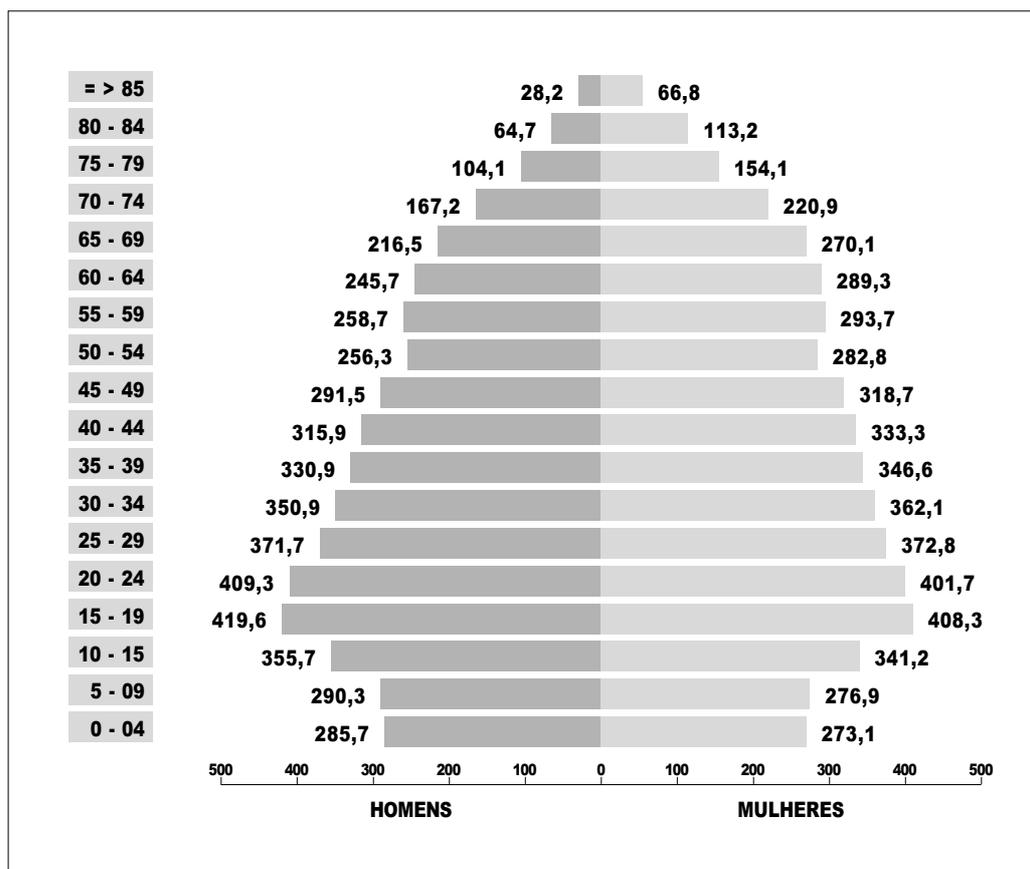
Outros concelhos atractivos que apresentam taxas de crescimento migratório significativo distribuem-se por todas as regiões sobretudo junto ao Litoral:

- **Região Norte:** Valença V.Nova de Cerveira, Braga, Santo Tirso, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e V.Nova de Gaia;
- **Região Centro:** Espinho, S.João da Madeira, Aveiro, Ovar, Figueira da Foz, Porto de Mós, Lousã, Peniche e Belmonte;
- **Região de Lisboa e V. do Tejo :**além dos referidos há ainda a considerar Alenquer, Entroncamento, e Benavente;
- **Região do Alentejo:** Santiago do Cacém e Castelo de Vide;
- **Região do Algarve:** de uma maneira geral todo o distrito excepto Alcoutim, Castro Marim, Monchique e V.Real de Santo António.

## **Estruturas etárias**

Entre 1981 1991 reforçou-se a tendência para o envelhecimento da pirâmide etária, com a diminuição de jovens (indivíduos com menos de 15 anos) que passou de uma representação de 25,3% em 1981 para 19,9% em 1991 e com o aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos) que passam, no mesmo período de 11,5% para 13,6%.-cf. gráfico seguinte

### **Pirâmide Etária**



Fonte: INE

A análise da distribuição dos grupos etários pelos distritos revela que o grupo de jovens, está sobrerrepresentado nas Regiões Autónomas e nos distritos de Braga (24,6%) e ainda, embora em menor escala, no Porto, Aveiro, Viana do Castelo e Viseu. Cf - gráfico 1.1

As profundas alterações das estruturas etárias estabeleceram também novas relações de dependência entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de 15 anos e com 65 e mais anos). Cf - quadro 1-3

Da análise dos novos equilíbrios estabelecidos pelas alterações das estruturas etárias e sem prejuízo do destaque que merecem os elevados índices de envelhecimento verificados nalgumas zonas, sobretudo da Beiras Interiores e do Alentejo, centrar-nos-emos principalmente nos índices de dependência juvenil e de dependência total, por quanto permitem perceber constrangimentos excessivos de dependência sobre a população em idade activa o que pode contribuir tendencialmente para uma certa negligência em relação às crianças.

De uma maneira geral os índices de dependência interagem, isto é, as zonas que apresentam taxas de dependência de jovens superiores à média apresentam taxas de dependência de idosos inferiores à média e vice-versa.

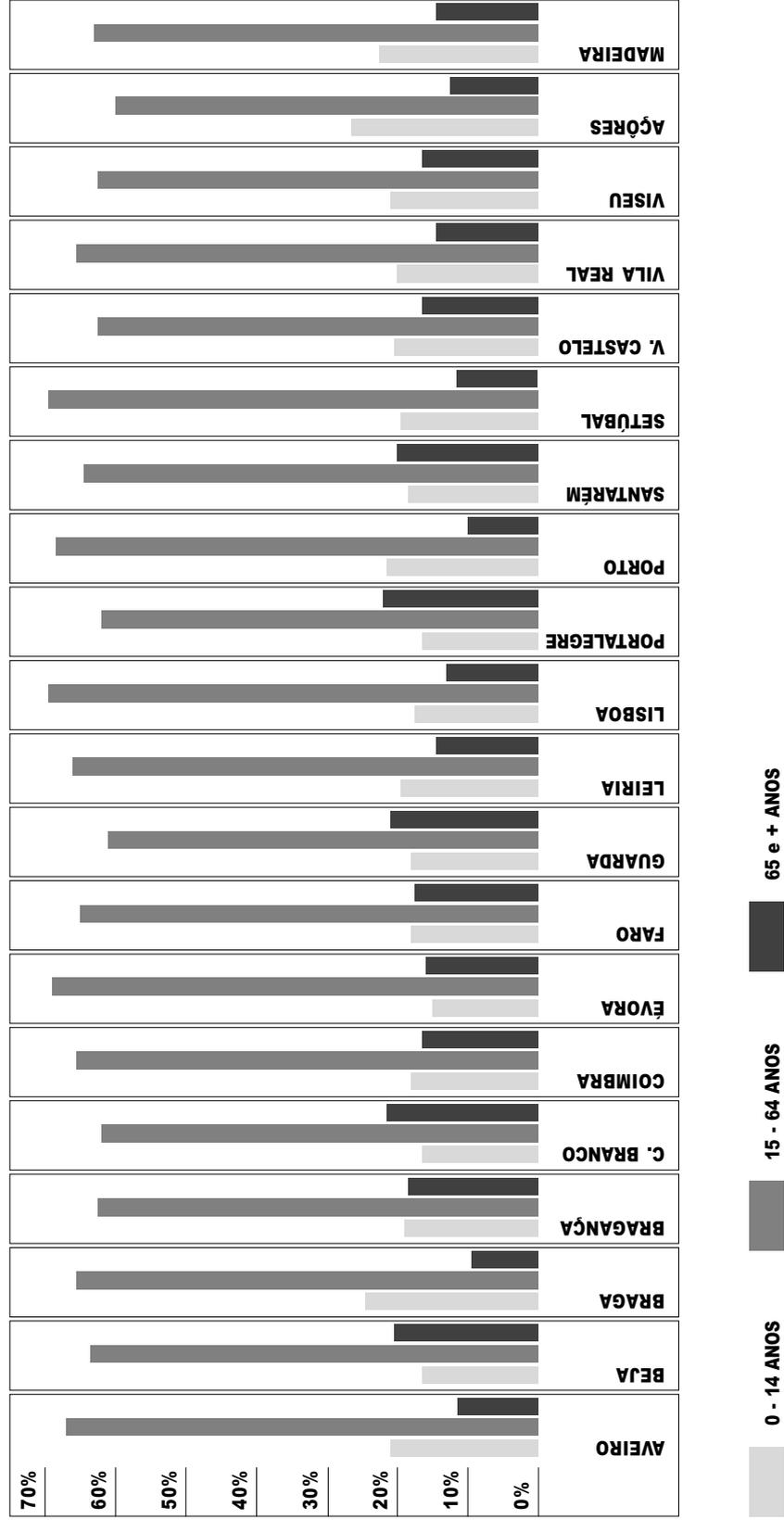
**QUADRO 1.3 - Evolução das Taxas de Dependência da População Residente entre 1981 - 1991**

REGIÕES	DEPENDÊNCIA DE JOVENS		DEPENDÊNCIA DE IDOSOS		DEPENDÊNCIA TOTAL	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
PORTUGAL	40,5	30,5	18,2	20,3	58,6	50,8
CONTINENTE	39,9	29,9	18,1	20,4	58,1	50,3
NORTE	47,2	33,6	16,0	17,1	63,1	50,7
CENTRO	39,0	30,0	22,8	25,7	61,8	55,7
LISBOA E VALE DO TEJO	35,2	26,6	16,0	19,1	51,2	45,7
ALENTEJO	32,8	28,0	25,3	30,2	58,1	58,2
ALGARVE	33,4	27,8	25,1	26,4	58,4	54,3
AÇÓRES	50,3	43,7	19,1	20,3	69,4	64,0
MADEIRA	52,4	38,7	17,8	18,0	70,3	56,8

As Regiões Autónomas apresentam as taxas mais elevadas de dependência de jovens. A nível do Continente, os distritos que apresentam taxas de dependência de jovens superior á média (29,9%) situam-se na Região Norte

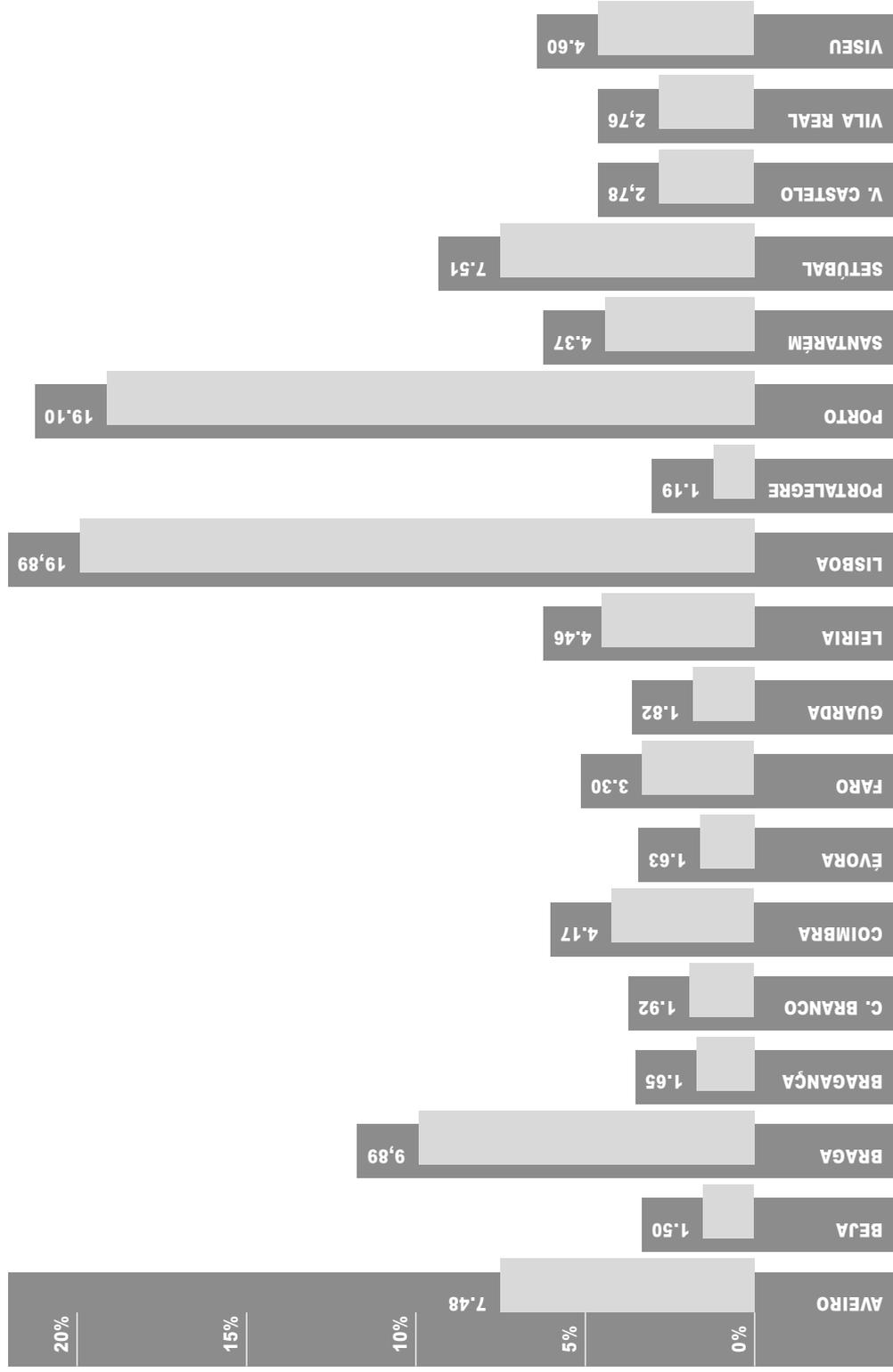
No entanto, a análise dos dados desagregados a nível de concelho revela alguns valores bastantes superiores à média nacional (30,5).cf. Anexo

**GRÁFICO 1.1 - População Residente por Grupos Etários**



FONTE: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

**GRÁFICO 1.II - Distribuição Estrutural da População do Continente dos 0 aos 17 anos, pelos Distritos**



FONTE: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

Assim, **taxas entre 40 e 45%** verificam-se nos seguintes concelhos:

DISTRITO DE BRAGA		DISTRITO DO PORTO		DISTRITO DE VILA REAL	
<b>Amares</b>	<b>41,3</b>	<b>Felgueiras</b>	<b>40,2</b>	<b>Mondim de Basto</b>	<b>45,1</b>
<b>Barcelos</b>	<b>40,0</b>	<b>Lousada</b>	<b>40,7</b>	<b>Ribeira de Pena</b>	<b>40,2</b>
<b>Esposende</b>	<b>40,6</b>	<b>Penafiel</b>	<b>40,7</b>		
<b>Vila Verde</b>	<b>42,7</b>	<b>Póvoa do Varzim</b>			
<b>Póvoa do Lanhoso</b>	<b>46,9</b>				
<b>Cabeceira de Basto</b>	<b>41,4</b>				
<b>Celorico de Basto</b>	<b>42,5</b>				

**Taxas entre 35 e os 39% verificam-se**

DISTRITO DE VISEU		DISTRITO DO PORTO		DISTRITO DE BRAGA	
<b>Aguiar da Beira</b>	<b>36,9</b>	<b>Póvoa do Varzim</b>	<b>36,2</b>	<b>Braga</b>	<b>35,5</b>
<b>Resende</b>	<b>37,2</b>	<b>Amarante</b>	<b>39,3</b>	<b>Terras de Bouro</b>	<b>38,7</b>
<b>Moimenta da Beira</b>	<b>38,8</b>	<b>Baião</b>	<b>38,0</b>	<b>Fafe</b>	<b>38,3</b>
<b>Penedono</b>	<b>35,0</b>	<b>Marco de Canavezes</b>	<b>39,4</b>	<b>Guimarães</b>	<b>37,5</b>
<b>S. João da Pesqueira</b>	<b>39,7</b>	<b>Paços de Ferreira</b>	<b>37,8</b>	<b>Vieira do Minho</b>	<b>39,8</b>
<b>Sernancelhe</b>	<b>37,7</b>	<b>Paredes</b>	<b>39,0</b>		
<b>Tabuaço</b>	<b>38,8</b>				
<b>Tarouca</b>	<b>38,8</b>	DISTRITO DE VILA REAL		DISTRITO DE V. DO CASTELO	
<b>Castro Daire</b>	<b>36,3</b>	<b>Cinfães</b>	<b>37,4</b>	<b>Ponte da Barca</b>	<b>37,7</b>
<b>Oliveira de Frades</b>	<b>37,2</b>	<b>Peso da Régua</b>	<b>35,7</b>	<b>Ponte de Lima</b>	<b>38,2</b>
<b>Penalva do Castelo</b>	<b>37,8</b>	<b>Alijó</b>	<b>35,1</b>		
<b>Vila Nova de Paiva</b>	<b>39,0</b>	<b>Vila Pouca de Aguiar</b>	<b>37,8</b>		

## **2.2 - Estrutura e Composição da Família**

---

A situação da criança está intimamente associada à situação da respectiva família.

Neste capítulo procura-se evidenciar alguns indicadores relevantes sobre a estrutura, a composição e a estabilidade familiar potencialmente geradores de situações de risco para as crianças.

### **Dimensão da família**

---

O recenseamento da População de 1991 aponta a existência de 3.018.933 famílias a que corresponde em média 3,1 pessoas por família.

**Quanto à dimensão, as famílias tinham as seguintes composições:**

<b>Nº DE PESSOAS NAS FAMÍLIAS</b>	<b>%</b>
<b>1 pessoa</b>	<b>14</b>
<b>2 pessoas</b>	<b>26</b>
<b>3 pessoas</b>	<b>24</b>
<b>4 pessoas</b>	<b>22</b>
<b>5 e mais pessoas</b>	<b>14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

O gráfico 2-1, mostra que esta composição não é homogénea em todo o território do Continente, verificando-se que as famílias numerosas, constituídas por 6 ou mais pessoas, estão representadas com frequência superior à média nacional 6,1 nos distritos : Braga(13,7%); V. do Castelo (10,5%); Viseu (9,3%); V. Real (9,1%); Porto (8,9%); Aveiro (8,6%).

**QUADRO 2.1 - Famílias Clássicas, Segundo a Dimensão**

DISTRITOS	FAMÍLIAS CLÁSSICAS SEGUNDO A DIMENSÃO (Pessoas)						
	TOTAL	COM 1	COM 2	COM 3	COM 4	COM 5	COM 6 e +
AVEIRO	194 333	10.13	22.42	24.31	23.69	10.95	8.60
BEJA	59 295	17.19	30.39	22.28	19.30	6.95	3.89
BRAGA	199 235	8.17	17.48	22.27	24.92	13.37	13.79
BRAGANÇA	53 207	17.17	28.59	20.65	18.99	8.74	5.85
C. BRANCO	78 330	18.29	33.19	20.76	18.46	6.08	3.23
COIMBRA	144 832	15.54	28.12	23.04	21.14	7.82	4.34
ÉVORA	61 768	16.05	31.76	23.52	19.70	5.96	3.01
FARO	118 031	16.28	29.67	22.83	19.66	7.25	4.32
GUARDA	67 040	19.18	31.36	19.94	18.11	7.16	4.26
LEIRIA	141 737	13.62	27.64	23.26	23.28	8.16	4.04
LISBOA	705 352	16.75	26.41	25.45	21.01	6.66	3.71
PORTALEGRE	49 238	18.32	33.85	21.64	17.74	5.63	2.82
PORTO	481 818	9.86	20.34	25.98	23.95	10.89	8.99
SANTARÉM	153 671	15.21	30.40	22.95	20.64	7.05	3.75
SETÚBAL	238 429	12.70	26.20	27.87	23.13	6.61	3.48
V. CASTELO	75 375	13.82	24.15	20.81	19.72	11.01	10.50
VILA REAL	73 302	15.16	24.44	20.54	20.21	10.54	9.10
VISEU	124 940	14.54	25.63	20.27	19.56	10.70	9.30
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3 018 933</b>	<b>13.95</b>	<b>25.55</b>	<b>24.05</b>	<b>21.73</b>	<b>8.59</b>	<b>6.13</b>

Fonte: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

Quanto aos núcleos familiares cerca de 64% eram constituídas por um único núcleo. Destes, cerca de 24% eram constituídas por casal sem filhos e os restantes por pais ou seus substitutos e filhos.

O quadro 2.2, mostra que das famílias constituídas por um único núcleo, 10,8% eram famílias monoparentais, isto é, as crianças coabitam apenas com uma única figura parental ( mãe, pai, avô e avô) evidenciando-se o distrito de V. do Castelo com 16,2%, a taxa mais elevada de famílias deste tipo, seguido de Lisboa com 12,3% e Vila Real e Viseu com 11,9 e 11,6% respectivamente.

Outros aspectos que afectam a estabilidade familiar e que constituem factores geradores de tensão emocional com repercussões sobre as condições envolvimentois da criança estão relacionadas com o número de filhos e tipo de filiação.

**QUADRO 2.2 - Tipo de Famílias**

DISTRITOS	TOTAL DOS NÚCLEOS FAMÍLIA	SEM NÚCLEO	COM 1 NÚCLEO								TOTAL C/ FILHOS E NETOS	COM 2 NÚCLEOS	COM 3 e + NÚCLEOS	FAMÍLIAS MONOPARENTAIS %	
			CASAL S/ FILHOS	CASAL C/ FILHOS	PAI C/ FILHOS	MÃE C/ FILHOS	AVÓS C/ NETOS	AVÔ C/ NETOS	AVÔ C/ NETOS	Nº				%	
AVEIRO	291 362	23 421	38 827	106 063	1 664	11 153	939	56	575	120 450	10 924	711	11 784	9.78	
BEJA	76 879	11 623	16 467	25 373	511	2 617	491	15	200	29 207	1 925	73	2 832	9.70	
Braga	318 268	20 595	28 529	122 366	2 027	13 675	848	102	613	139 631	9 882	595	14 390	10.31	
BRAGANÇA	70 876	10 363	13 587	23 955	553	2 750	521	20	233	28 032	1 189	36	3 003	10.71	
C. BRANCO	99 602	15 880	23 870	32 191	580	3 889	322	12	158	37 152	1 403	25	4 059	10.93	
COIMBRA	195 922	25 844	36 973	67 005	1 076	7 728	684	24	407	76 924	4 944	157	8 159	10.61	
ÉVORA	82 979	11 763	18 888	27 528	465	2 723	343	15	171	31 245	1 549	52	2 909	9.31	
FARO	154 751	21 890	32 285	50 803	1 032	5 722	667	35	351	58 610	4 998	248	6 108	10.42	
GUARDA	85 191	14 394	18 845	28 009	609	3 274	454	7	196	32 549	1 222	26	3 477	10.68	
LEIRIA	201 135	21 656	35 474	71 403	1 192	7 563	554	30	313	81 055	3 454	97	7 906	9.75	
LISBOA	953 769	139 288	157 916	329 156	7 530	44 467	3 454	265	2 833	387 705	19 562	881	47 565	12.27	
PORTALEGRE	62 144	9 980	15 517	20 227	338	1 929	249	10	133	22 886	832	23	2 072	9.05	
PORTO	733 213	58 471	83 171	275 675	4 450	29 210	1 833	176	1 499	312 843	22 754	1 602	30 885	9.87	
SANTARÉM	205 386	25 824	43 269	69 768	987	7 082	707	24	365	78 933	4 153	98	7 471	9.46	
SETÚBAL	345 496	34 549	55 668	124 237	2 189	12 702	1 508	79	901	141 616	6 360	236	13 682	9.66	
V. CASTELO	104 581	13 034	14 910	34 005	830	6 422	563	45	375	42 240	4 989	202	6 842	16.20	
VILA REAL	101 577	12 830	15 196	35 605	813	4 605	663	25	380	42 091	2 101	98	5 010	11.90	
VISEU	173 793	21 327	28 155	59 592	1 188	7 531	1 043	50	519	69 923	5 559	233	8 100	11.58	
<b>TOTAL</b>	<b>4 256 924</b>	<b>492 732</b>	<b>622 253</b>	<b>1 371 525</b>	<b>25 859</b>	<b>161 272</b>	<b>14 413</b>	<b>919</b>	<b>9 447</b>	<b>1 583 435</b>	<b>94 951</b>	<b>4 609</b>	<b>171 638</b>	<b>10.84</b>	

FONTE: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

## Número de filhos

1º - O número médio de filhos por mulher tem tido a seguinte evolução:

ANO	Nº DE FILHOS
1980	2,18
1985	1,70
1991	1,54
1993	1,52

O quadro 2.3 revela o número de filhos por mulher. Com efeito, 8% das mães do Continente tinham em 1991, cinco e mais filhos, registando-se grandes variações na sua distribuição espacial.

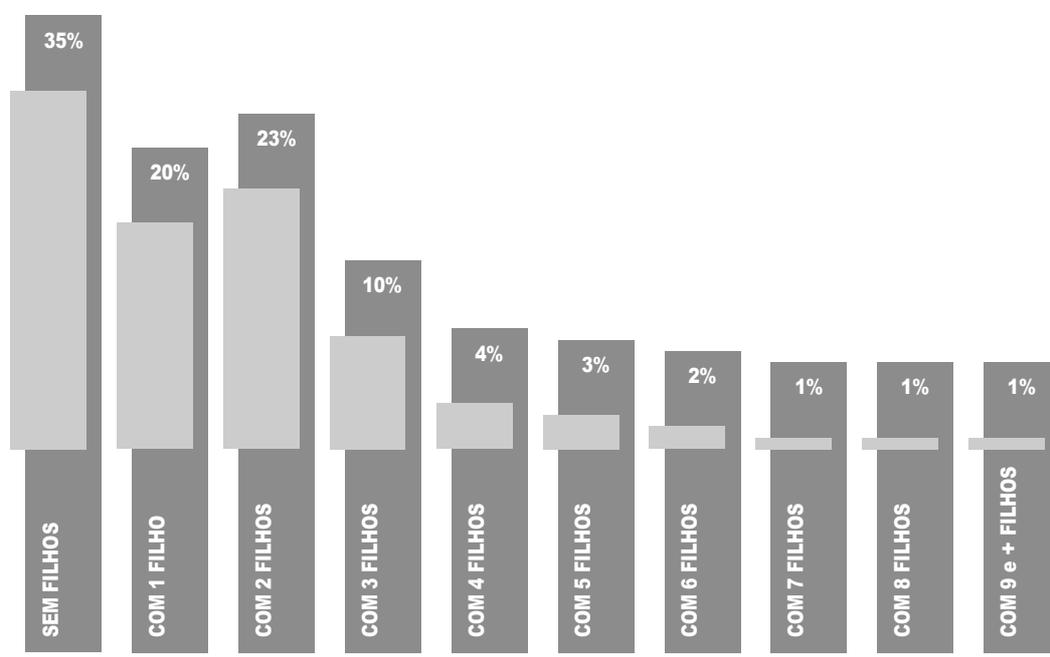
Com efeito os distritos de Vila Real, Bragança, Braga, Guarda e Viseu apresentam sobrerepresentação de mulheres com cinco e mais filhos.

**QUADRO 2.3 - Distribuição Percentual de Mulheres Segundo o Número de Filhos Nascidos Vivos**

DISTRITOS	TOTAL	MULHERES SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS VIVOS						TOTAL
		SEM FILHOS	COM 1 FILHO	COM 2 FILHOS	COM 3 FILHOS	COM 4 FILHOS	COM 5 E + FILHOS	
AVEIRO	285 456	34.55	17.63	22.24	10.49	5.31	9.77	100
BEJA	66 841	28.99	20.23	26.23	11.33	5.70	7.52	100
BRAGA	316 893	39.76	13.53	17.45	9.16	5.47	14.63	100
BRAGANÇA	69 167	31.44	14.01	20.43	11.55	7.19	15.37	100
C. BRANCO	98 675	29.60	16.59	25.91	12.03	6.32	9.55	100
COIMBRA	196 371	32.36	20.20	26.26	10.45	4.81	5.92	100
ÉVORA	83 029	29.96	21.96	27.03	10.47	4.66	5.92	100
FARO	151 212	29.32	23.06	27.81	10.68	4.39	4.75	100
GUARDA	85 497	31.13	15.18	22.24	11.41	6.83	13.21	100
LEIRIA	187 921	31.44	17.50	26.54	11.37	5.43	7.73	100
LISBOA	940 734	36.37	24.34	24.55	7.97	3.12	3.65	100
PORTALEGRE	64 063	29.09	21.89	26.88	10.95	4.93	6.25	100
PORTO	707 855	37.86	18.91	20.90	9.18	3.45	9.70	100
SANTARÉM	196 526	29.71	20.35	28.20	11.02	4.78	5.94	100
SETÚBAL	314 733	31.77	25.14	27.15	8.49	3.46	4.00	100
V. CASTELO	116 095	37.76	15.42	18.74	10.18	5.96	11.94	100
VILA REAL	100 713	35.16	12.38	17.82	10.69	6.83	17.11	100
UISEU	177 503	34.22	14.61	20.03	11.04	6.50	13.60	100
TOTAL	4 159 284	34.64	19.80	23.40	9.63	4.47	8.06	100

FONTE: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

**GRÁFICO 2.I - Distribuição Estrutural das Mulheres do Continente, Segundo o Número de Filhos**



FONTE: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

## Tipo de filiação

Em 1994 nasceram 10.9287 crianças assim distribuídas geograficamente por referência á residência da mãe e ao tipo de filiação:- cf. quadro-2.4

**QUADRO 2.4 - Nados Vivos por Tipo de Filiação**

RESEDÊNCIA DA MÃE	TOTAL Nº	ESTRUTURA %	TIPO DE FILIAÇÃO				IGNORADA
			DENTRO DO CASAMENTO	%	FORA DO CASAMENTO	%	
NORTE	42 532	38,9	37 863	89	4 669	11	
CENTRO	17 085	15,6	14 820	87	2 265	13	
LISBOA V. TEJO	34	1,7	25 331	73	9 252	27	
ALENTEJO	4 379	4,0	3 321	76	1 058	24	
ALGARVE	3 644	3,4	2 334	64	1 310	36	
AÇÓRES	3 654	3,3	3 231	88	423	12	
MADEIRA	333	3,1	28	32	487	15	
OUTRAS	60	0,16	28	32	14	0	
<b>TOTAL</b>	<b>109 287</b>	<b>100</b>	<b>89 777</b>	<b>82</b>	<b>19 496</b>	<b>18</b>	<b>14</b>

Fonte: Anuário Demográfico, 1995 - INE

Como se verifica cerca de 18% dessas crianças nasceram fora do casamento.

Embora este indicador não seja significativo, na medida em que “as uniões de facto” não tem visibilidade e muitas vezes funcionam como verdadeiras famílias, de qualquer forma, constitui uma referência a considerar.

Com efeito a sua evolução sempre crescente deste fenómeno - cf. quadro 2.5 - evidencia uma tendência nítida para este tipo de filiação, atingindo expressões muito significativas nas regiões : Algarve, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo.

**QUADRO 2.5 - Evol. dos Nascimentos Fora do Casamento**

ANO	Nº DE CRIANÇAS	%
1975	12 879	7,2
1980	14 568	9,2
1985	16 568	12,3
1990	17 124	14,7
1992	18 512	16,1
1994	19 496	17,8

## **Idade das mães**

A idade média da mulher no nascimento do primeiro filho tem vindo a aumentar situando-se, em 1991, em 25 anos enquanto que em 1981 era de 23 anos.

Da análise do quadro 2.6 verifica-se que 82,6% das crianças nascidas em 1994 tinham mães com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos evidenciando-se o grupo etário entre os 25-29 anos como o de maior fertilidade

No entanto, verifica-se também que 7,8 % das mães tinham idades inferiores a 19 anos.

**QUADRO 2.6 - Nados Vivos por Idade da Mãe - 1994**

<b>IDADE DA MÃE</b>	<b>NADOS VIVOS</b>	<b>%</b>
<b>MENOS DE 15 ANOS</b>	<b>96</b>	<b>0,1</b>
<b>15 - 19 ANOS</b>	<b>8 461</b>	<b>7,7</b>
<b>20 - 24 ANOS</b>	<b>27 802</b>	<b>25,4</b>
<b>25 - 29 ANOS</b>	<b>37 797</b>	<b>34,6</b>
<b>30 - 34 ANOS</b>	<b>24 718</b>	<b>22,6</b>
<b>35 - 39 ANOS</b>	<b>8 517</b>	<b>7,8</b>
<b>40 - 45 ANOS</b>	<b>1 767</b>	<b>1,6</b>
<b>45 - 49 ANOS</b>	<b>111</b>	<b>0,1</b>
<b>50 E MAIS ANOS</b>	<b>4</b>	<b>0,0</b>
<b>IGNORADA</b>	<b>14</b>	<b>0,01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>109 287</b>	<b>100</b>

Fonte: Anuário Demográfico, 1995 - INE

A criança na fase da adolescência adquire a sua capacidade de gerar outras vidas, embora a esta capacidade fisiológica não esteja associada, pelo menos na sociedade ocidental, a maturação física e psíquica, bem como o grau de autonomia requeridos pelas funções parentais.

Assim, são conhecidas as consequências da gravidez prematura de adolescentes, quer pelo interrompimento brusco do processo de maturação da própria mãe, quer pelos riscos acrescidos para a criança, físicos e envolvimentoais.

O quadro 2.7 mostra-nos que 2,4% das crianças nascidas em 1994 eram filhas de mães adolescentes, verificando-se maternidades a partir dos 12 anos, sendo de salientar que 155 dessas crianças eram segundos e terceiros filhos.

**QUADRO 2.7 - Nados Vivos por Idade da Mãe e Segundo a Ordem de Nascimento**

IDADE DA MÃE	Nº DE CRIANÇAS	ORDEM DE NASCIMENTO				
		PRIMEIRO	SEGUNDO	TERCEIRO	QUARTO	QUINTO
11 ANOS	0	0	0	0	0	0
12 ANOS	2	2	0	0	0	0
13 ANOS	18	18	0	0	0	0
14 ANOS	76	76	0	0	0	0
15 ANOS	311	295	16	0	0	0
16 ANOS	770	736	33	1	0	0
17 ANOS	1 606	1 501	97	8	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2 783</b>	<b>2 628</b>	<b>146</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Anuário Demográfico, 1995 - INE

O quadro 2.8 dá-nos informações sobre a idade dos pais das crianças filhas de mães adolescentes nascidas em 1994.

**QUADRO 2.8 - Nados Vivos por Referência à Idade do Pai e da Mãe**

IDADE DO PAI	IDADE DA MÃE	
	MENOS DE 15 ANOS	15 - 19 ANOS
MENOS DE 20 ANOS	25	1 390
20 - 24 ANOS	25	4 296
25 - 29 ANOS	11	1 522
30 - 34 ANOS	2	330
35 - 39 ANOS	0	106
40 - 55 ANOS	0	60
55 E MAIS ANOS	1	2
IGNORADO	32	755
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>8 461</b>

Fonte: Anuário Demográfico, 1995 - INE

Da análise destes dados salienta-se que 1415 crianças, 1,3% das nascidas em 1994, tanto a mãe como o pai tinham menos de 20 anos, verificando-se, no entanto no conjunto dos nascimentos de mães adolescentes, que os grupos etários dos pais eram bastante heterogéneo, 63 dos quais tinham 40 e mais anos.

Embora em Portugal o menor atinja a maioridade aos 18 anos, a Lei prevê que tanto as raparigas como os rapazes possam casar a partir dos 16 anos. Precisam contudo da autorização dos pais ou tutor ou no suprimento destes da autorização do tribunal.

Pelo casamento ficam emancipados de pleno direito.

Também aos 16 anos a Lei lhes reconhece a capacidade para reconhecer um filho por perfilhação, sem necessidade do consentimento dos pais.

Outros indicadores sobre esta problemática estão associados ao nível de instrução e às condições de autonomia económica.

Da análise do quadro 2.9, verifica-se que nos dois grupos considerados os níveis de escolaridade é baixo, não ultrapassando a escolaridade obrigatória no caso das menores de 15 anos.

#### **QUADRO 2.9 - Nados Vivos por Idade da Mãe, Segundo o Nível de Instrução e Profissão**

GRAU DE INSTRUÇÃO DA MÃE	IDADE DA MÃE							
	< 15 ANOS	%	15-19 ANOS	%	20-24 ANOS	%	25-29 ANOS	%
Não sabe ler	6	6,3	168	2,0	282	1,0	283	0,7
Sabe ler e escrever	10	10,4	427	5,0	1 199	4,3	1 305	3,5
Curso básico e preparatório	80	83,3	6 377	75,4	19 576	70,4	21 516	57,0
Curso secundário e médio	-	-	484	17,5	6 327	22,7	10 837	28,7
Curso superior	-	-	-	-	401	1,4	3 767	10,0
Outros cursos	-	-	4	0,1	16	0,05	89	0,2
Ignorado	-	-	1	0	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>100</b>	<b>8 461</b>	<b>100</b>	<b>27 802</b>	<b>100</b>	<b>37 797</b>	<b>100</b>
PROFISSÃO DA MÃE								
Empregada	-	-	2 234	26,5	13 335	48,0	23 177	61,3
Desempreg./Procura 1º emprego	1	1,1	89	1,1	140	0,5	85	0,2
Desempreg./Proc. novo emprego	-	-	225	2,7	861	3,1	848	2,2
Doméstica	67	70,0	5 298	62,7	12 739	45,8	13 180	34,9
Estudante	27	28,0	574	6,8	652	2,3	338	0,9
Outra	1	1,0	10	0,2	75	0,2	169	0,4
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>100</b>	<b>8 461</b>	<b>100</b>	<b>27 802</b>	<b>100</b>	<b>37 797</b>	<b>100</b>

Fonte: Anuário Demográfico, 1994 - INE

Relativamente à profissão verifica-se nos dois grupos etários a sobre-representação das domésticas, o que equivale a sem profissão, sendo de registar que no grupo das menores de 15 anos, nenhuma das mães prosseguiu os estudos.

O quadro 2.10 dá-nos conta como se distribui pelo Continente as mulheres casadas por referência a idade do casamento, verificando-se que 23,4% das mulheres casaram com menos de 20 anos, das quais 13 463, cerca de 0,5% casaram com menos de 15 anos, sendo de salientar a sobre-representação deste fenómeno em distritos com perfis demográficos e sócio-económicos tão díspares como Faro e Setúbal, Bragança e Beja.

**QUADRO 2.10 - Distribuição Percentual das Mulheres Casadas por Referência à Idade do 1º Casamento**

DISTRITOS	DE 12 A 14 ANOS	DE 15 A 19 ANOS	DE 20 A 24 ANOS	DE 25 A 29 ANOS	DE 30 A 34 ANOS	DE 35 A 39 ANOS	DE 40 A + ANOS	TOTAL
AVEIRO	0.39	27.27	47.72	16.14	4.52	1.73	2.24	100
BEJA	0.72	22.14	41.71	20.78	6.94	3.23	4.47	100
BRAGA	0.30	18.78	50.85	19.93	5.42	2.17	2.56	100
BRAGANÇA	0.75	25.55	41.65	18.21	7.04	3.20	3.59	100
CASTELO BRANCO	0.32	22.50	50.44	16.90	5.12	2.01	2.70	100
COIMBRA	0.39	23.42	48.27	18.28	4.97	1.91	2.76	100
ÉVORA	0.61	24.43	45.05	18.04	5.95	2.45	3.48	100
FARO	0.82	31.41	42.85	14.67	4.80	2.13	3.31	100
GUARDA	0.43	23.58	47.01	18.01	5.62	2.35	3.02	100
LEIRIA	0.40	22.92	48.67	18.10	5.17	1.99	2.75	100
LISBOA	0.43	20.65	44.57	20.57	6.70	2.90	4.17	100
PORTALEGRE	0.60	24.54	49.18	16.16	4.62	1.95	2.94	100
PORTO	0.31	21.69	49.35	18.74	5.13	1.98	2.79	100
SANTARÉM	0.45	24.36	50.01	16.12	4.40	1.81	2.86	100
SETÚBAL	0.66	25.86	44.63	17.29	5.52	2.45	3.59	100
VIANA DO CASTELO	0.32	18.12	44.40	22.34	7.70	3.13	3.98	100
VILA REAL	0.54	25.51	43.77	17.63	6.29	2.71	3.54	100
UIVÉU	0.43	24.32	46.32	17.62	5.76	2.43	3.12	100
<b>TOTAL</b>	<b>0.44</b>	<b>22.96</b>	<b>46.81</b>	<b>18.53</b>	<b>5.64</b>	<b>2.34</b>	<b>3.26</b>	<b>100</b>

Fonte: Estatísticas Demográficas e da Saúde, 1993 - INE

## **Estabilidade familiar**

Ao procurar evidenciar alguns factores de risco que afectem as crianças, terá obrigatoriamente que se analisar os problemas que afectam a família na sua estabilidade.

Como já foi referido, das crianças nascidas em 1994, 18% nasceram fora do casamento - cf. quadro 2.4 e cerca de 11% das crianças e jovens sem actividade económica viviam, em 1991 em famílias monoparentais, cf. quadro 2.2.

Pela análise do gráfico 2.III verifica-se que foram celebrados, em 1994, 64 775 casamentos e interrompidos 55 495, o que corresponde a 85,7 % dos casamentos celebrados no mesmo ano o que representa que por cada 10 casamentos celebrados, cerca de 9 foram dissolvidos.

- 81,6 % por morte
- 18,4 por divórcio ou separação

Os últimos anos caracteriza a crescente tendência do número de divórcios, cf. gráfico 2.II. Em 1994 ocorreram aproximadamente 21 divórcios por cada 100 casamentos celebrados, mais três que em 1993.

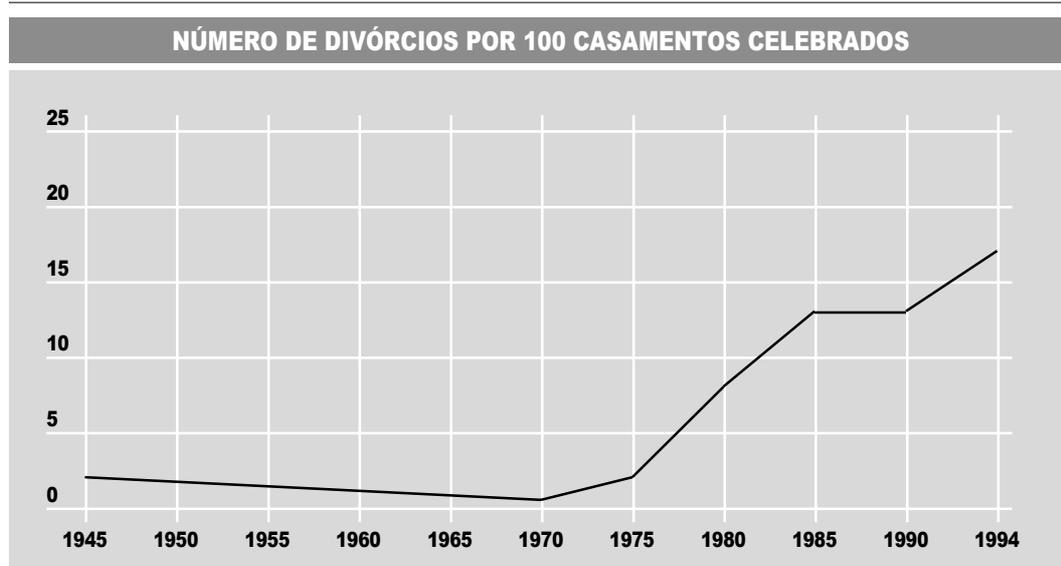
A desagregação distrital dos dados permite-nos apurar que em Lisboa a taxa de divórcio é o dobro da média do Continente, cf. gráfico 2.III.

Faro e Setúbal também revelam taxas muito superiores à média.

No entanto numa maior desagregação dos dados mostra que a monoparentalidade é muito superior em famílias que vivem em habitat degradado.

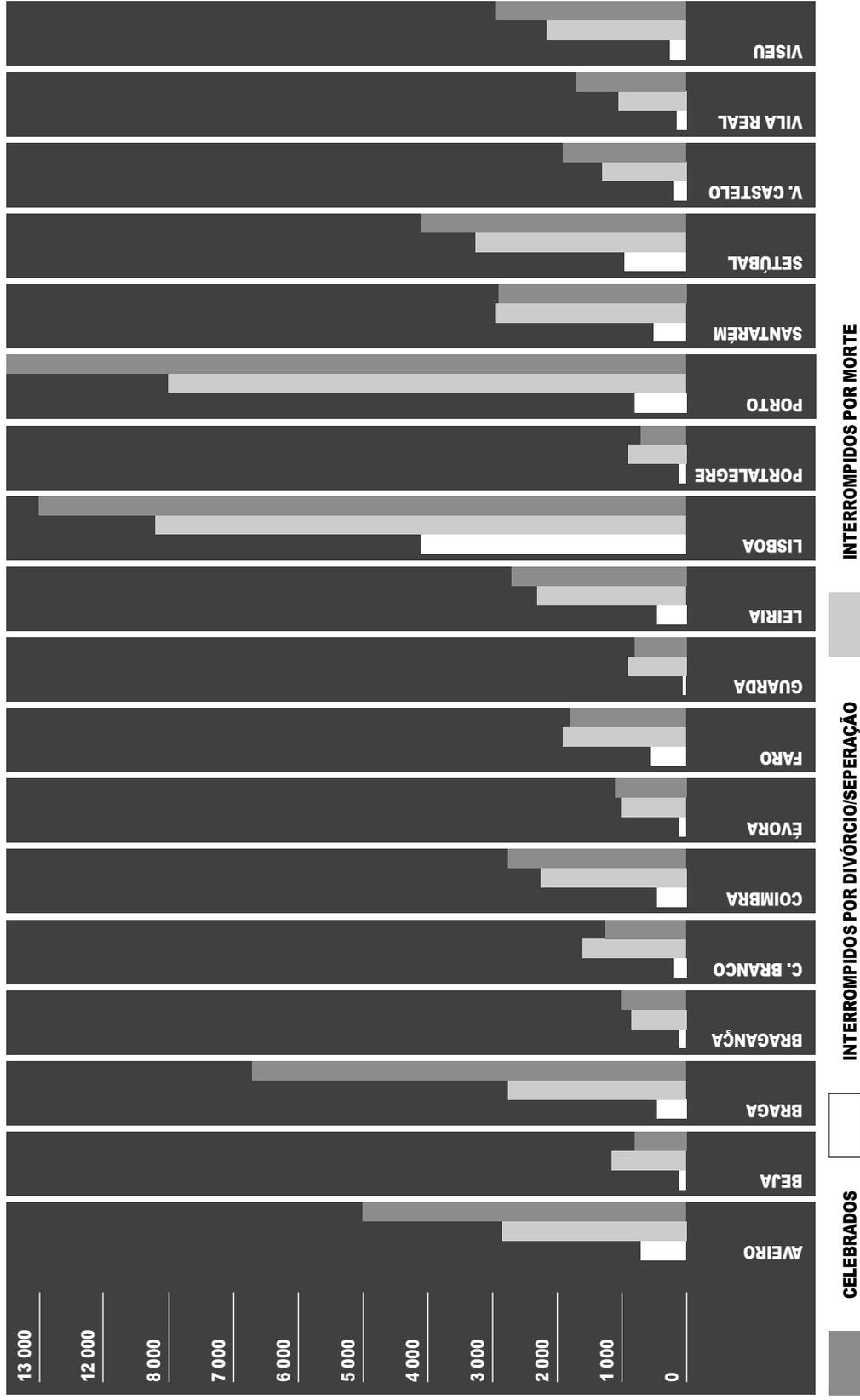
De acordo com “um inquérito aplicado a uma amostra de famílias urbanas residentes em habitat degradado, 15% das crianças viviam em famílias monoparentais” ( SILVA M. M. - 1989)

**GRÁFICO 2.II - Evolução dos Divórcios (1945 - 1994)**



Fonte: Departamento de Estatística Demográficas e Sociais - INE

**GRÁFICO 2.III - Casamentos Celebrados e Interrompidos**



FONTE: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

## 2.3 - Habitat

---

O habitat é um dos aspectos que influenciam as condições de desenvolvimento e o bem-estar das crianças com repercussões, não só nos aspectos físicos, mas também nos comportamentos sociais e organizacionais da família.

Com efeito, entre o indivíduo e o seu habitat estabelece-se uma interacção muito forte e sendo certo que ao indivíduo cabem responsabilidades acrescidas na preservação e na introdução de melhorias do meio envolvente, não se pode deixar de reconhecer a influência negativa que as condições degradadas de alojamento exercem sobre o indivíduo com reflexos profundos nos comportamentos, no status e no relacionamento social.

“A pobreza adquire uma expressão diferente quando tem como causa principal as condições do meio ambiente e da habitação” (8). As condições precárias de alojamento sem os limiares mínimos de infraestruturas e salubridade, condições de espaço e conforto constituem um dos factores com significativa responsabilidade por défices acrescidos praticamente em todos os domínios: saúde, educação, stress social, promiscuidade, etc.

Apesar do número de alojamentos familiares ter crescido entre 1981 e 1991 cerca de 21,9% enquanto o número de famílias cresceu apenas 9,4%, o problema habitacional continua a atingir proporções dramáticas para um número significativo de famílias, verificando-se que aquele crescimento foi absorvido em grande parte pelo parque de segundas residências, o que indicia insuficiências na redistribuição da riqueza.

A análise do quadro 3.1 não é suficientemente expressivo do problema habitacional com que muitas famílias se confrontam não encontrando representação significativa em termos numéricos.. Com efeito o número de alojamentos clássicos é superior, em todos os distritos ao número de famílias clássicas.

Assim, por referência ao parque habitacional recenseado, as barracas e outros alojamentos precários representam apenas 0,66% dos alojamentos existentes

Embora se trate apenas de um valor indicativo porquanto muitas das barracas existentes não se encontrarem recenseadas, o quadro 3.1 mostra que no Continente 26 534 famílias residiam em alojamentos precários.

Com efeito há uma herança de carências sociais que tem o seu principal reflexo no deficiente e insuficiente parque habitacional com a sobreocupação e conseqüente degradação de infraestruturas e equipamentos num processo acelerado de obsolescência. Estima-se que 31,5% dos alojamentos clássicos estão em estado de degradação e 13,8% encontram-se superlotados com uma ou mais divisões a menos.

O gráfico 3.1 revela alguns indicadores de conforto dos alojamentos clássicos, evidenciando que um número elevado de famílias não dispõe ainda dos mínimos razoáveis de infraestruturas, sendo de salientar que 12,1% dos alojamentos não dispõem de água canalizada. Sendo a água o bem mais elementar à vida, este indicador é expressivo dos níveis de privação ainda existentes. Estes dados revelam ainda, grandes disparidades entre os distritos.verificando-se em Leiria uma taxa muito superior à média do Continente. Sobre-representação destas taxas, embora menos elevadas, verificam-se em Viseu, Beja, Faro, Vila Real e Viana do Castelo. Os distritos de Lisboa e Setúbal revelam as taxas mais baixas.

---

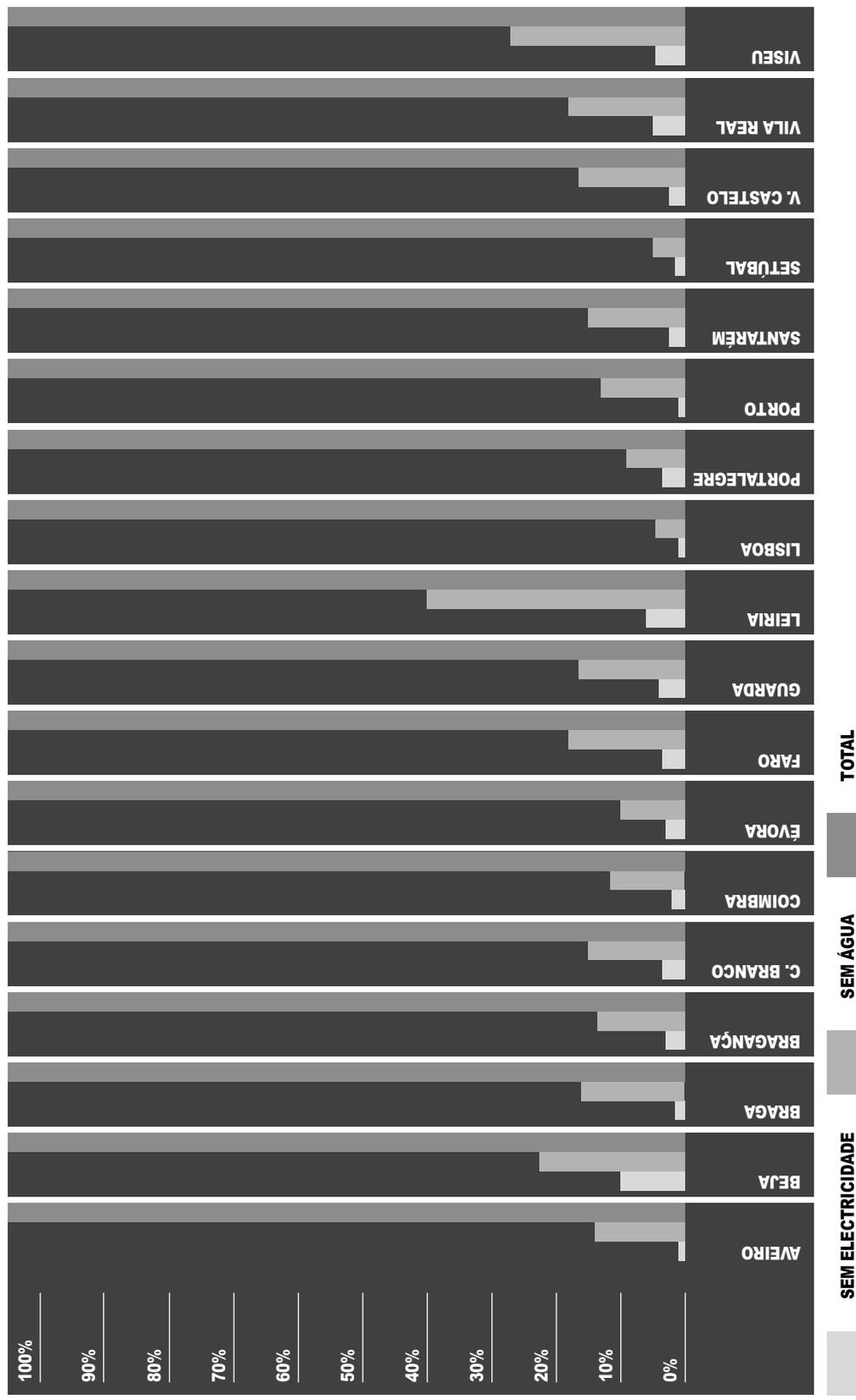
(8) Ver Silav, M. M. ( 1989)

**QUADRO 3.1 - Famílias e Alojamentos Familiares**

DISTRITOS	FAMÍLIAS		ALOJAMENTOS FAMILIARES		
	CLÁSSICAS	INSTITUCION.	TOTAL	CLÁSSICOS	OUTROS
AVEIRO	194 344	82	240 713	239 374	1 339
BEJA	59 295	65	86 461	86 298	163
BRAGA	199 238	144	251 915	251 319	596
BRAGANÇA	53 244	34	80 683	80 363	320
C. BRANCO	78 330	50	122 178	121 930	248
COIMBRA	144 832	141	198 087	197 430	657
ÉVORA	61 770	63	80 124	79 962	162
FARO	118 031	53	212 090	211 289	801
GUARDA	67 036	70	113 472	113 057	415
LEIRIA	141 737	75	198 260	197 688	572
LISBOA	705 353	612	869 771	856 067	13 704
PORTALEGRE	49 238	66	70 639	70 482	157
PORTO	478 921	336	560 495	557 894	2 601
SANTARÉM	153 733	169	206 149	205 162	987
SETÚBAL	238 429	97	319 963	318 556	1 407
V. CASTELO	75 375	37	113 496	113 207	289
VILA REAL	73 077	53	111 344	110 676	668
VISEU	126 056	93	183 466	182 018	1 448
<b>TOTAL</b>	<b>3 018 039</b>	<b>2 240</b>	<b>4 019 306</b>	<b>3 992 772</b>	<b>26 534</b>

Fonte: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

**GRÁFICO 3.1 - Condições de Higiene e Conforto**



FONTE: Estatísticas Demográficas, 1991 - INE

## 2.4 - Saúde

Na última década deu-se uma significativa evolução positiva no que se refere à melhoria das condições de saúde dos portugueses.

“Embora a distância em relação aos países comunitários seja ainda significativa, o campo da saúde é, na esfera social, justamente um dos campos em que a convergência real tem sido mais rápida”. (9)

Com efeito a taxa média de mortalidade infantil, por norma associada às condições sócio-económicas e às facilidades de acesso aos cuidados de saúde, foi reduzida para cerca de metade - cf. quadro 4.1

**QUADRO 4.1 - Evolução de Alguns Indicadores de Saúde**

	1975	1980	1985	1990	1992
Taxa de mortalidade infantil	38,9	24,3	17,8	10,9	9,2
Taxa de mortalidade materna por 100 000 partos	42,9	19,6	10,7	10,3	9,6
Esperança de vida (anos) à nascença - H	65,1	69,1	70,0	70,2	70,8
Esperança de vida (anos) à nascença - F	72,9	76,7	76,9	77,3	78,3

A análise destes indicadores revela que existe um considerável aumento da sobrevivência infantil.

No entanto a distribuição distrital desta taxa revela ainda assimetrias significativas sobretudo nos distritos do interior do Norte e Centro - Bragança, Castelo Branco, Vila Real, Porto, Guarda e Açores - cf. quadro 4.2.

A análise das restantes taxas permite concluir que os distritos da Região de Lisboa e Vale do Tejo revelam os melhores índices de mortalidade neonatal e perinatal, registando-se também uma significativa melhoria destas taxas no Baixo Alentejo (Beja e Évora) e Algarve.

Já no que se refere à taxa de mortalidade específica do grupo etário entre 1 - 4 anos não regista um decréscimo tão significativo, atingindo mesmo índices preocupantes, designadamente nos distritos de Bragança, Viseu, Faro, Évora, Beja, Aveiro, Vila Real e Madeira.

Com efeito, o declínio das taxas de mortalidade até ao ano estão associadas não só ao alargamento espacial da rede dos serviços de saúde, mas também a um conjunto de medidas, associadas à maternidade, de apoio durante a gravidez e no primeiro ano de vida, designadamente as condições de acesso à assistência médica (consultas gratuitas durante a gravidez e o 1º ano do bebé, direito à interrupção do trabalho para ir às consultas, prestação pecuniária para aleitação, licença de maternidade, etc.).

As taxas de mortalidade do grupo etário 1 - 4 anos possivelmente reflectem mais as condições económicas e sociais da família e a falta do suporte social que lhe foi garantido durante o 1º ano de vida.

(9) Ver - Preparar Portugal para o Séc. XXI - Análise Económica e Social

**QUADRO 4.2 - Indicadores Sanitários**

DISTRITOS	NADOS VIVOS	ÓBITOS	TAXA MORT. INFANTIL 0/oo	TAXA MORT. NEONATAL 0/oo	TAXA MORT. PERINATAL 0/oo	TAXA DE MORTALID. 0/oo	TAXA MORT. ESP. 1 - 4 0/ooo	TAXA DE NATALID. 0/oo	PARTOS SEM ASSISTÊNCIA %
AVEIRO	8 172	6 137	8,3	5	9,2	9,3	84,4	12,4	0,5
BEJA	1 492	2 755	6	2	8,7	16,6	81,2	9	1,5
BRAGA	10 902	5 992	7,4	4,9	10,5	7,9	84	14,4	0,6
BRAGANÇA	1 356	2 106	17	11,8	18,4	13,7	158,2	8,8	2,4
C. BRANCO	1 803	3 171	12,2	8,9	11,6	15	106,7	8,5	1,0
COIMBRA	4 247	5 126	8,2	5,2	9,4	12	96,1	10	0,3
ÉVORA	1 543	2 217	9,1	6,5	12,3	12,9	30,9	9	0,3
FARO	3 891	4 406	6,4	4,9	11,6	12,8	61,3	11,3	0,4
GUARDA	1 567	2 690	9,6	5,1	12,8	14,5	73,3	8,5	1,4
LEIRIA	4 642	4 767	6,7	3,9	9,9	11,2	48,2	10,9	0,4
LISBOA	22 783	21 509	8	5,2	11,5	10,5	55,4	11,1	0,3
PORTALEGRE	1 160	2 039	6,9	4,3	7,8	15,5	21,5	8,8	0,9
PORTO	22 178	13 878	9,2	5,5	7,8	8,4	56,4	13,4	0,4
SANTARÉM	4 189	5 658	7,6	5,7	9,1	12,8	78	9,5	0,5
SETÚBAL	7 738	7 026	8,1	5,3	11	9,8	62,8	10,8	0,4
V. CASTELO	2 513	3 012	9,2	6,4	12,3	12,1	48	10,1	1,2
VILA REAL	2 371	2 953	13,5	8,9	13,5	12,7	80,6	10,2	4
VISEU	4 228	4 855	6,9	4,3	7,8	12,2	96,3	10,6	2,4
CONTINENT.	106 775	100 297	8,4	5,3	10,1	10,7	68,1	11,4	0,7
AÇÓRES	3 699	2 906	10,8	7,8	12,6	12,2	86,8	15,5	0,6
MADEIRA	3 475	2 747	14,1	8,3	9,5	10,8	116,8	13,7	0,7
TOTAL	113 949	105 950	8,70	5,60	10,30	10,70	71,6	11,50	0,70

Fonte: Estatísticas Demográficas e da Saúde, 1993 - INE

Outro indicador que tem vindo a registar progressos acentuados é o parto assistido embora ainda se registem alguns índices preocupantes sobretudo nos distritos do interior - designadamente em Vila Real, Viseu, Bragança e, ainda, Guarda, Beja e Viana do Castelo, embora com taxas mais baixas.

Ao contrário do observado nestes indicadores de morbilidade, o indicador de mortalidade por doenças transmissíveis (tuberculose, infecções bacterianas e outras doenças infecciosas e parasitárias) mostra uma maior incidência nos distritos do Sul designadamente Lisboa e Alentejo.

A distribuição destes indicadores aparentemente contraditórios, também eles associados a factores demográficos (elevada densidade), sócio-económicos, culturais e acesso aos serviços de saúde, podem encontrar uma explicação com as profundas desigualdades sócio-económicas entre as famílias que vivem numa mesma região.

O estudo da Comissão Nacional de Saúde da Mulher e da Criança revela outros indicadores significativos sobre as principais causas de mortalidade depois do ano até aos 20 anos: -cf. quadro 4.3

**QUADRO 4.3 - Principais Causas de Mortalidade até aos 20 ANOS**

	<b>GRUPO ETÁRIO 1 - 9 ANOS</b>	<b>GRUPO ETÁRIO 10 - 19 ANOS</b>
<b>1º LUGAR</b>	<b>Traumatismo e lesões acidentais</b>	<b>Traumatismo e lesões acidentais</b>
<b>2º LUGAR</b>	<b>Anomalias congénitas</b>	<b>Tumores</b>
<b>3º LUGAR</b>	<b>Doenças infecciosas</b>	<b>Suicídio</b>

Estes quadros revelam alguns indicadores sanitários significativos, por referência aos distritos sendo de realçar:

- a relação existente entre a mortalidade infantil e o baixo nível de instrução da mãe, cf. quadro 4.4
- a sobrerrepresentação sistemática de todos os indicadores sanitários nos distritos de Bragança, Vila Real e Castelo Branco, cf. quadro 4.2.

**QUADRO 4.4 - Mortalidade Infantil por Referência ao Nível de Escolaridade da Mãe**

<b>NÍVEL DE INSTRUÇÃO</b>	<b>Nº DE ÓBITOS</b>	<b>Nº DE NADOS VIVOS</b>	<b>TAXA 0/∞</b>
<b>Analfabeta</b>	<b>19,6</b>	<b>19,6</b>	<b>19,6</b>
<b>Sabe ler e escrever</b>	<b>14,6</b>	<b>14,6</b>	<b>14,6</b>
<b>Curso básico preparatório</b>	<b>9,4</b>	<b>9,4</b>	<b>9,4</b>
<b>Curso secundário</b>	<b>6,6</b>	<b>6,6</b>	<b>6,6</b>
<b>Curso superior</b>	<b>3,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,7</b>
<b>Outro e não identificado</b>	<b>19,1</b>	<b>19,1</b>	<b>19,1</b>

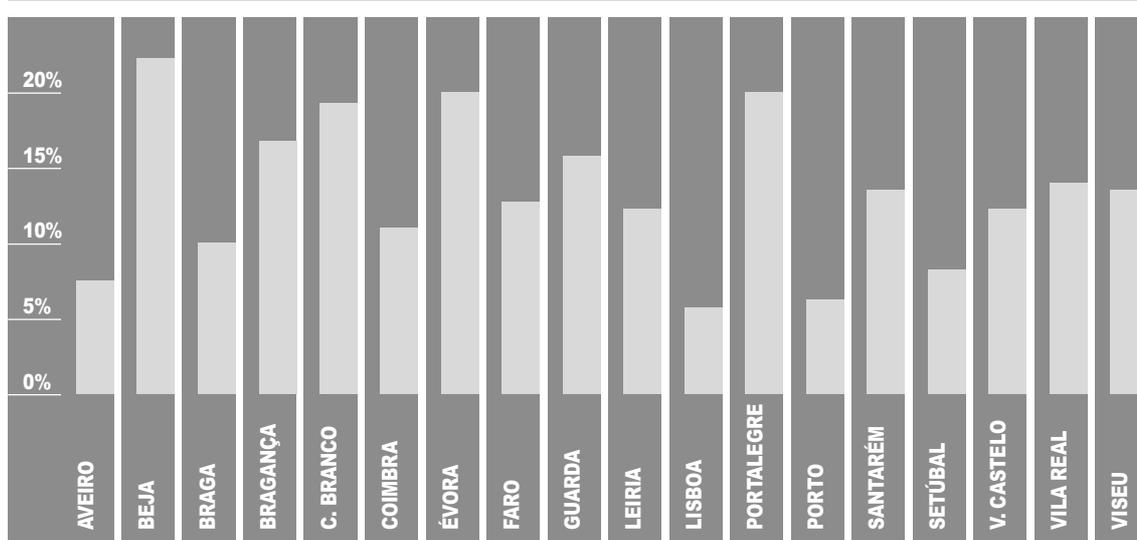
Fonte: INE - 1993

## 2.5 - Escolarização

Os índices de escolarização constituem um dos indicadores do desenvolvimento económico, social e político e os seus défices representam uma ameaça grave ao bem-estar e desenvolvimento da criança.

Embora a situação do ensino tenha vindo a evoluir favoravelmente mantêm-se ainda taxas de analfabetismo muito elevadas - cf. quadro 5.1.

**GRÁFICO 5.1 - Taxas de Analfabetismo por Distrito**



Fonte: Estatísticas da Educação - INE - 1991

Assim a evolução da situação do ensino nos últimos anos pode caracterizar-se por:

- persistência das baixas taxas de educação pré-escolar, ainda que a diminuição da natalidade verificada na última década tenha contribuído para a subida significativa destas taxas;
- aumento da escolaridade básica para 9 anos;
- expansão da procura de ensino e diversificação da oferta;
- melhoria significativa das taxas de escolarização sobretudo em idade do ensino obrigatório (6 - 14 anos), embora ainda bastante inferior à média da U. E.;
- índices significativos de insucesso escolar no ensino básico, registando-se em 1991 a taxa de reprovação no 1º ciclo de 24,5%;
- persistência de elevado abandono escolar no 2º e 3º ciclos do ensino básico;
- maior presença feminina a partir do ensino secundário, indiciando um maior nível de abandono do sistema por parte dos rapazes.

No entanto, Portugal apresenta ainda uma situação de considerável atraso no domínio da educação que reflecte debilidades do próprio sistema e sobretudo a herança, por ventura a mais perversa, do anterior regime.

Com efeito, apesar do esforço considerável realizado nestes últimos 25 anos os resultados ainda estão longe de ser satisfatórios.

O nível de escolarização da população portuguesa com 15 e mais anos, em 1991, era a constante do quadro 5.1

**QUADRO 5.1 - Nível Escolar da População Portuguesa**

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	HOMENS %	MULHERES %	TOTAL %
Sem escolarização	13,5	25,5	19,9
Básico (preparatório) - 1º ciclo	38,5	33,1	35,6
Básico (preparatório) - 2º ciclo	16,8	12,1	14,3
Básico (preparatório) - 3º ciclo	14,9	12,7	13,7
Secundário	9,0	8,7	8,9
Politécnico	1,7	3,5	2,7
Superior	5,1	4,1	4,5
Pós-graduação	0,5	0,3	0,4
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Estatísticas da Educação - INE - 1992

Como se verifica as taxas de escolarização da população portuguesa registam níveis muito baixos verificando-se que cerca de 70% da população tem níveis de escolarização inferiores à escolaridade básica actual - (3º ciclo do ensino básico).

Estes baixos níveis de instrução são fortemente corresponsáveis pela persistência de uma cultura propícia à inserção precoce de crianças na vida activa, não valorizando a escola como um meio insubstituível de desenvolvimento pessoal e social, de equidade social e eficácia económica.

Com efeito o principal problema do sistema focaliza-se na persistência de elevadas taxas de abandono escolar precoce, fortemente associado à manutenção de altos índices de insucesso escolar registando-se no ano lectivo 1992/93 a taxa média de reprovação no 1º ciclo de 23,6%.

A nível do país registam-se profundas assimetrias verificando-se os melhores indicadores de desempenho escolar no 1º ciclo nos distritos de Setúbal, com uma taxa de reprovação de 20,3%, e de Lisboa com uma taxa de 21,3%. Os piores resultados registam-se nos distritos de Vila Real, Viseu, Viana do Castelo e Bragança, situando-se estas taxas entre os 32% e os 28%.

Em relação aos 2º e 3º ciclos do ensino básico as taxas médias do Continente para os diversos indicadores de desempenho escolar no ano lectivo 1992/93 foram os constantes do quadro 5.2.

### QUADRO 5.2 - Indicadores de Desempenho Escolar

INDICADORES	2º CICLO	3º CICLO
Taxa de aprovação	90,4	79,9
Taxa de transição	83,6	78,9
Taxa de desistência e abandono	16,1	19,2
Taxa de repetência	10,9	16,2
Taxa de insucesso repetido	2,4	3,6
Taxa de qualidade do sucesso (1)	65,3	49,2

Fonte: M.E.

(1) Relação entre o número de alunos aprovados a todas as disciplinas e o total de alunos inscritos

Da análise destes dados verifica-se que por cada 100 alunos matriculados, 35 não concluem o ensino básico.

Tanto o insucesso como o abandono escolar no ensino básico devem ser entendidos numa perspectiva de défice sócio-cultural e sócio-institucional e resultam de um processo mais ou menos explícito e por isso torna-se possível identificar os alunos em risco e preveni-lo.

O abandono escolar representa um dos fenómenos extremos de exclusão social “que constitui a face visível duma situação mais vasta que atinge crianças e jovens em ruptura declarada ou silenciosa com uma escola que há muito já os abandonou” (10)

As periferias urbanas e as zonas rurais são as regiões mais atingidas - filhos de trabalhadores agrícolas, operários não qualificados, artesãos, emigrantes e pertencentes a minorias étnicas são os grupos que mais frequentemente abandonam precocemente a escolaridade obrigatória.

Com efeito, o insucesso e o abandono escolar precoce têm que ser problematizados no quadro da reprodução intergeracional da pobreza.

Ferrão (11), tipificou 3 situações nucleares especialmente vulneráveis ao abandono/desistência escolar precoces, associadas isolada ou cumulativamente, às seguintes situações:

- forte presença de famílias camponesas extensas e pobres num contexto global culturalmente propício à inserção precoce dos jovens na vida activa, em segmentos desqualificados do mercado de trabalho local, ou numa óptica de entre ajuda familiar (abandono muito elevado no 2º ciclo).
- forte incidência da procura irregular de mão-de-obra desqualificada em áreas relativamente pobres e sem predomínio de campesinato. Esta procura irregular associa-se tanto a empregadores externos ao concelho (empresas de construção civil, por ex.) como a empregadores locais (abandono muito elevado em ambos os ciclos)
- peso relevante de escolas de “passagem” inseridas em subúrbios das principais aglomerações urbanas e concelhos rurais pouco acessíveis, caracterizadas por um corpo docente instável e inexperiente e bolsas significativas de “potenciais abandonantes” (taxas de abandono elevadas no 2º ciclo e muito elevadas no 3º ciclo).

(10) Ver Benavente, A. e outros - 1994

(11) Ver Ferrão, J. - 1995

Assim, o abandono escolar precoce surge, antes de mais, como um fenómeno eminentemente social: famílias pobres extensas, de origem camponesa ou com reduzidas expectativas de acesso ao mercado de trabalho. porque pouco valorizadoras do sistema escolar, enquanto domínio demasiado dissociado do quotidiano e do mundo do trabalho, são favoráveis a uma rápida inserção dos jovens na vida activa, tanto numa óptica de entreaajuda familiar como de integração no mercado de trabalho, mesmo em zonas distantes e em actividades que mobilizam, de forma irregular no tempo, mão-de-obra desqualificada.

Também a nível espacial o abandono escolar possui incidências bastante específicas, alcançando valores muito superiores à média em algumas zonas do país - cf. quadros concelhios anexos.

Todavia, um total de dezasseis concelhos apresenta valores muito elevados face às respectivas médias nacionais em ambos os ciclos:

Amares, Santo Tirso, Vimioso, Lousada, Murtosa, Águeda, Sabugal, Sertã, Constância, Porto de Mós, Coruche, Montijo, Estremoz, Redondo, Odemira e Mértola.

Com efeito o fenómeno da exclusão social atinge profundamente estes jovens que vivem curtos percursos escolares e que não usufruíram de uma preparação adequada; correm muito mais riscos de ser marginalizados, excluídos do mercado de trabalho, obrigados a ocupar postos de trabalho precários e mal pagos e de virem a ser afectados pelo desemprego.

Na realidade a impossibilidade de se afirmar no mercado de trabalho e através dele beneficiar dos meios de inserção social e dos direitos cívicos que lhe estão associados priva estes jovens, não apenas de um futuro, mais grave ainda, priva-os de uma vida com sentido "Um jovem sem emprego, mais do que um simples desempregado é um **ser** à deriva que se destrói a si próprio, já que o mundo em que vive se encontra, ele mesmo, em processo de desintegração" (12).

No entanto as prioridades de intervenção parecem assim identificadas: combater com eficácia as três situações de risco anteriormente descritas numa perspectiva preventiva centrada nos potenciais casos de abandono, já que o fenómeno resulta de situações e processos contínuos, iniciados muito antes da entrada na escola.

## **2.6 - Emprego e Desemprego**

---

O nível de bem-estar das famílias está intimamente associado à estabilidade de emprego e às condições físicas e sociais inerentes ao seu desempenho, não só por o trabalho constituir a principal fonte de rendimento das famílias, dependendo portanto dele o acesso a bens e serviços, mas também porque representa o mecanismo, talvez mais importante, de inserção social e de realização pessoal.

Assim, o emprego precário e o desemprego atingem de uma forma geral todos os membros da família mas adquirem formas mais dramáticas nas famílias com filhos pequenos, não só pela diminuição do rendimento disponível, mas também porque afecta mecanismos muito profundos do ser humano, como a auto-estima, a auto-confiança, o próprio status, adquirindo as mais variadas formas de expressão quer ao nível material como psicológico com repercussões sobre as crianças.

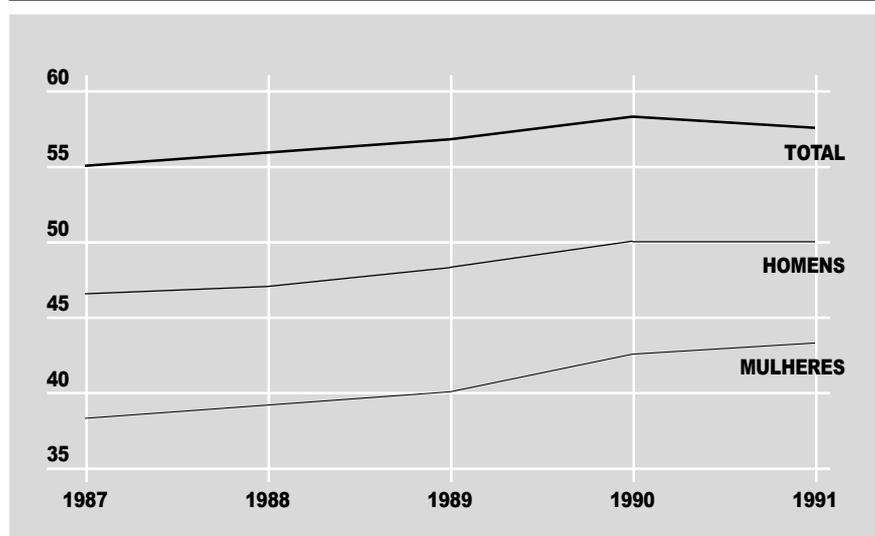
Do total da população residente 4 127 589 constituíam em 1993 a população activa o que corresponde à taxa de actividade global de 49,9%.

---

(12) Dubet, François "Jeunesse et travail: de quelle crises s' agit? - Paris - 1989

A população activa tem vindo a registar ao longo dos últimos anos um aumento significativo motivado principalmente pelo afluxo de mulheres ao mercado de trabalho. Entre 1987 e 1991 a taxa de actividade das mulheres passou de 38,2% para 42,5%, enquanto a dos homens aumentou de 55,2% para 57,5% - cf. gráfico 6.1

**GRÁFICO 6.1 - Taxa de Actividade por Sexo**



Fonte: INE - IE 4º Trimestre

O mercado de emprego, em 1993, apresentava as seguintes características, em termos estruturais:

- a taxa de actividade global da população portuguesa aproxima-se da média Comunitária sobretudo por efeito da crescente participação da mulher no mercado de trabalho representando estas 63,6% do crescimento líquido dos postos de trabalho criados entre 1981-1991;
- tendência para a redução da actividade dos jovens, com idades inferiores a 25 anos o que reflecte por um lado o prolongamento da escolaridade e da formação profissional, e por outro a elevada taxa de desemprego neste grupo etário;
- tendência para a diminuição dos contratos a termo certo, mas aumento de actividade independente, que em muitos casos, trata-se de efectivo trabalho a prazo camuflado;
- concentração de trabalho remunerado no grupo etário dos 25 aos 49 anos e paralelamente diminuição do emprego nas faixas etárias, inferior a 25 anos e superior a 50 anos, devido ao alargamento da escolarização, pensões antecipadas e altas taxas de desemprego entre os jovens;
- a taxa de desemprego dos jovens menores de 25 anos era superior ao dobro da taxa de desemprego global, correspondendo a cerca de 40% do total da população desempregada;
- as mulheres foram igualmente afectadas pelo desemprego, representando 63,2% dos desempregados enquanto a população activa feminina correspondia a 42,5% do total.

O quadro 6.1 mostra a distribuição etária do emprego e do desemprego, por sexo:

**QUADRO 6.1 - População Activa e Desempregada****(milhares)**

GRUPOS ETÁRIOS	SEXO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ACTIVA		POPULAÇÃO DESEMPREGADA	
			Nº	TAXA (1)	Nº	TAXA (1)
14 - 24 ANOS	TOTAL	1 693,6	667,6	39,4	108	16,2
	HOMENS	876,1	370,8	42,3	54,9	14,8
	MULHERES	817,5	296,9	36,3	53	17,9
25 - 34 ANOS	TOTAL	1 169,1	1 010,5	86,4	86,8	8,6
	HOMENS	564,2	523,6	92,8	37,8	7,2
	MULHERES	604,9	486,9	80,5	49	10,1
35 - 44 ANOS	TOTAL	1 324,1	1 147,4	86,7	59,7	5,2
	HOMENS	619,2	594	95,9	24,4	4,1
	MULHERES	704,9	553,4	78,5	35,3	6,4
45 - 54 ANOS	TOTAL	1 280,4	990,1	77,3	48,2	4,9
	HOMENS	607	551,4	90,8	26,3	4,8
	MULHERES	673,4	438,6	65,1	21,9	5
> 54 ANOS	TOTAL	2 521	734,9	29,2	22,8	3,1
	HOMENS	1 120,4	451,6	40,3	16,8	3,7
	MULHERES	1 400,7	283,4	20,2	5,9	2,1
POPULAÇÃO TOTAL	TOTAL	9 356,5	4 550,6	48,6	325,4	7,2
	HOMENS	4 494,3	2 491,4	55,4	160,3	6,4
	MULHERES	4 862,2	2 059,2	42,4	165,1	8

Fonte: M.E.

(1) Média anual

A análise destes dados revela as elevadas taxas de actividade de homens e mulheres nos grupos etários 25 - 34 anos e 35 - 44 anos, em oposição aos grupos dos 14 - 24 anos e >54 anos.

Verifica-se assim que a grande maioria das nossas crianças e jovens tem pais e mães activas.

Em relação ao desemprego constata-se que os grupos dos 14 - 24 anos e as mulheres dos 25 - 34 anos são os mais atingidos. Em relação às mulheres é possível associar a esta taxa o custo da maternidade, que contribui para que muitas mulheres tenham, neste período, um desempenho profissional menos eficiente, por necessidade de prestar assistência aos filhos pequenos, ficando expostas a maiores riscos de perder o emprego.

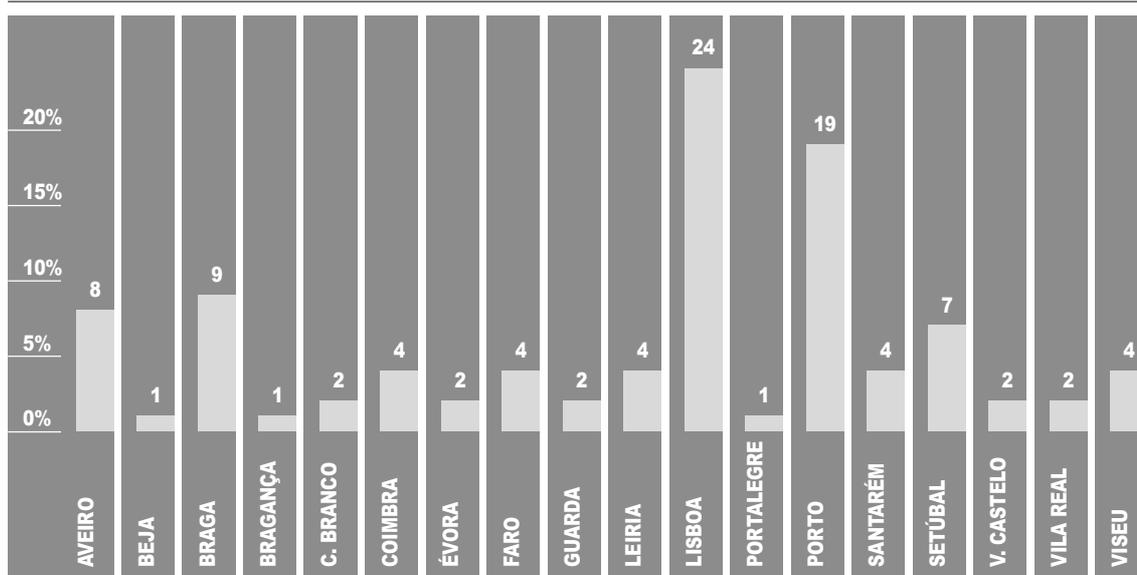
Em relação aos sectores de actividade verifica-se a seguinte distribuição:

SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL %	HOMENS	MULHERES
PRIMÁRIO	11	64,9	35,1
SECUNDÁRIO	38	68,6	31,4
TERCIÁRIO	49	52,4	46,6

O gráfico 6.II revela a distribuição espacial da população activa, pelos distritos do continente.

O gráfico 6.III revela a distribuição distrital da população activa, segundo o sector de actividade

**GRÁFICO 6.II - Distribuição Estrutural da População Activa**



Fonte: Estatísticas do Emprego - INE, 1993

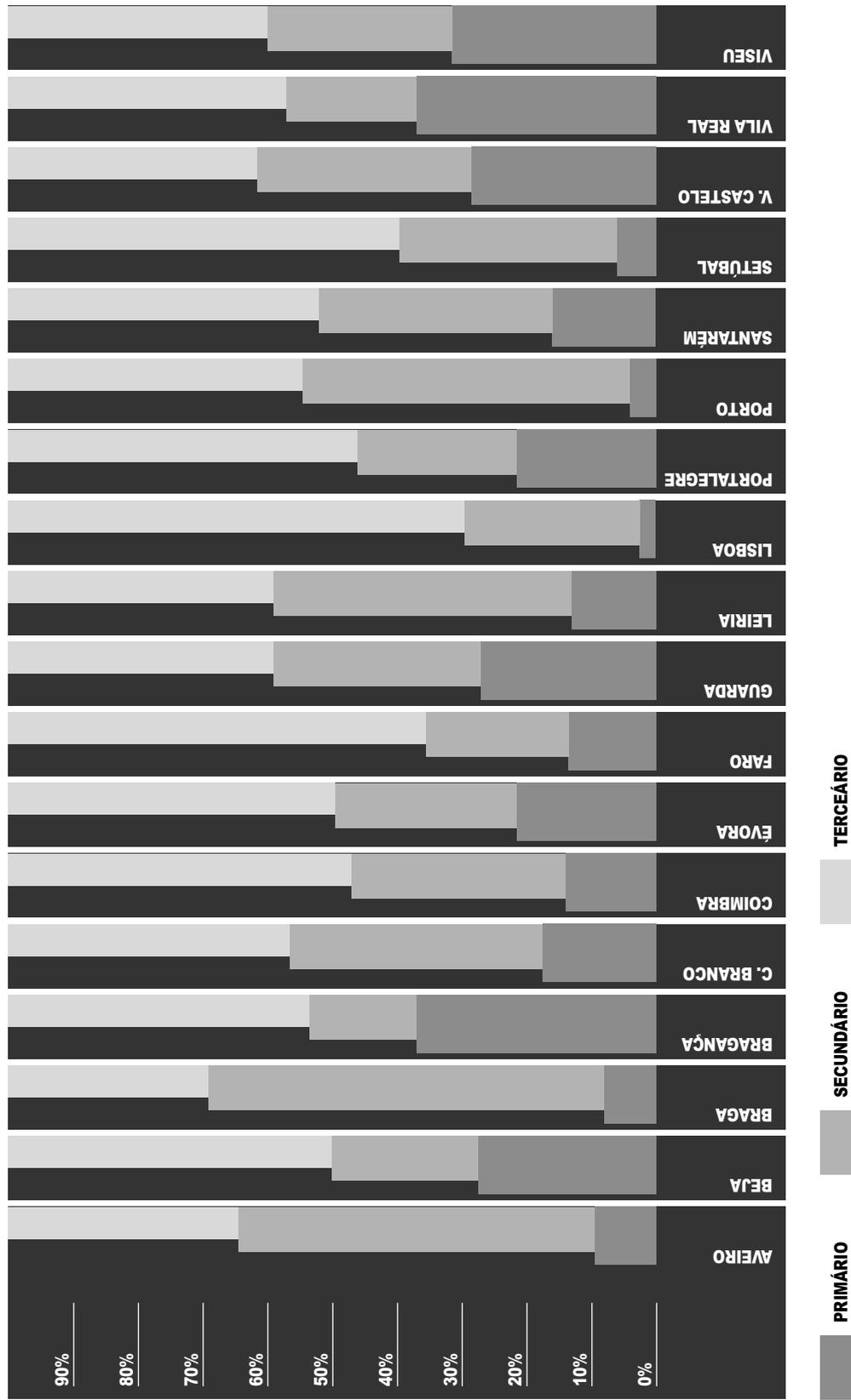
Em relação ao sector primário verifica-se que a taxa média do Continente é bastante inferior às taxas de quase todos os distritos por influência das diminutas taxas de actividade neste sector verificadas em Lisboa, Porto e Setúbal.

Por referência ao sector secundário constata-se a sua sobre-representação nos distritos de Aveiro, Braga, Porto e Leiria, sendo os distritos menos industrializados, Bragança e Vila Real. - cf. gráfico 6.III

O sector terciário é o que mais se tem desenvolvido nos últimos anos, verificando-se a terciarização da população activa de alguns distritos, ainda há pouco predominantemente rurais, tais como Beja, Évora e Portalegre, sendo Lisboa e Setúbal os distritos com taxas de actividade superiores neste sector.

O quadro 6.2 revela as percentagens distritais das mulheres empregadas, desempregadas e sem actividade, com filhos dependentes.

**GRÁFICO 6.III - Distribuição Espacial da População Activa, com 12 e Mais Anos, Segundo o Sector de Actividade**



FONTE: Estatísticas do Emprego - INE, 1993

**QUADRO 6.2 - Mulheres com Filhos, Empregadas, Desempregadas e sem Actividade Económica e Respectiva Taxa**

DISTRITOS	TOTAL DAS MULHERES EMPREGADAS		TOTAL DAS MULHERES DEEMPREGADAS		TOTAL DAS MULHERES SEM ACTIVIDADE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	61 584	50.25	7 517	6.13	38 564	31.47
BEJA	9 580	56.28	5 719	33.40	7 593	13.52
BRAGA	74 866	50.14	6 517	4.36	43 236	28.95
BRAGANÇA	8 716	56.18	2 264	14.59	13 919	89.71
CASTELO BRANCO	15 434	53.11	2 708	9.32	13 286	45.71
COIMBRA	37 842	54.55	5 889	8.49	4 546	6.55
ÉVORA	13 019	52.55	4 748	19.16	8 597	34.70
FARO	28 732	54.84	4 349	8.30	19 630	37.47
GUARDA	13 089	53.43	1 905	7.78	12 982	42.74
LEIRIA	33 713	51.93	4 669	7.19	29 497	38.34
LISBOA	206 954	69.45	34 889	8.86	94 050	23.89
PORTALEGRE	9 280	56.98	3 257	20.00	8 403	22.35
PORTO	140 102	45.27	20 579	6.65	16 699	5.40
SANTARÉM	32 688	51.03	8 870	13.85	27 772	38.24
SETÚBAL	67 056	58.56	9 619	8.40	40 569	35.43
V. DO CASTELO	19 200	45.05	2 505	5.88	16 840	39.51
VILA REAL	2 524	9.31	2 800	10.33	20 477	75.55
UIVÉU	26 988	51.32	4 652	8.85	33 133	41.18
<b>TOTAL</b>	<b>801 367</b>	<b>50.41</b>	<b>133 456</b>	<b>8.39</b>	<b>455 262</b>	<b>28.64</b>

FONTE: Estatísticas Demográficas - INE, 1991

Com efeito, Portugal no contexto da União Europeia é o terceiro estado membro com a taxa de actividade feminina mais elevada. cf quadro 6.3

**QUADRO 6.3 - Taxas de Actividade Feminina na U. E.**

PAÍSES	14 ANOS E MAIS (%)	24 - 29 ANOS (%)
BÉLGICA	36	66
DINAMARCA	61	89
ALEMANHA	45	67
GRÉCIA	35	54
ESPAÑA	32	50
FRANÇA	46	74
IRLANDA	35	47
ITÁLIA	35	56
LUXEMBURGO	34	52
HOLANDA	43	60
PORTUGAL	47	71
REINO UNIDO	52	74

Fonte: Eurostat - 1991

No entanto, se considerarmos o trabalho a tempo inteiro, Portugal apresenta a taxa mais elevada, na medida que em todos os países que apresentam taxas de actividade feminina mais elevadas que o nosso, a percentagem de mulheres a trabalhar a tempo parcial é superior a 30%, enquanto em Portugal é de cerca de 6%.

Um inquérito realizado em 1991 no quadro do 3º Programa para a Igualdade de Oportunidade das Mulheres, sobre a força do trabalho dos pais da U. E. com filhos até aos 10 anos extrairam as seguintes taxas, relativamente a Portugal:

**QUADRO 6.4 - Caracterização do Trabalho dos Pais**

INDICADORES SELECIONADOS	TAXAS	INDICADORES SELECIONADOS	TAXAS
EMPREGO DAS MÃES	75	EMPREGO DOS PAIS	95
Tempo inteiro	65	Tempo inteiro	95
Tempo parcial	6	Tempo parcial	1
Desempregadas	11	Desempregados	8
Proporção de mães sós	5,7		
Emprego de mães sós	64		
Horários reduzidos (- 20h)	4	Horários reduzidos (- 39h)	13
Horários longos (40 e + h)	65	Horários longos (40 e + h)	15

Da análise destes dados verifica-se que a maioria dos pais com filhos de idades inferiores a 10 anos estão empregados, e mais de 60% dos pais trabalham os dois 40 e mais horas por semana.

O nível de infraestrutura de apoio social para os pais trabalhadores é insuficiente. Com efeito a Licença de Maternidade é a mínima estabelecida pela Directiva 92/85/CEE, do Conselho, de 19 de Outubro - 14 semanas - a Licença Parental que pode ter a duração máxima de 24 meses não é remunerada e por isso inacessível à maior parte dos trabalhadores.

Por outro lado os serviços de acolhimento de crianças, tais como as creches, amas/creches familiares, jardins de infância, estão longe de cobrir as necessidades dos pais e das crianças.

Com efeito, este tipo de serviços com financiamento público, para crianças até aos 2 anos abrange apenas cerca de 12% deste grupo etário. Em termos de cobertura os serviços para o grupo etário dos 3 - 5 anos apresenta melhor desempenho com uma taxa de cerca de 52%, no entanto, cerca de 46% destes serviços são jardins de infância da rede pública de educação pré-escolar, o que em termos sociais não satisfaz as necessidades dos pais trabalhadores.

Consequentemente, os casais jovens com filhos pequenos, têm de enfrentar condições de vida difíceis. O crescimento da crise urbana, a dificuldade de ter acesso a um espaço vital mínimo para a família, a estruturação das formas espaciais que tem fomentado cada vez maior distância entre a casa e o trabalho, a evidente necessidade de trabalho dos pais quer a nível económico quer psicológico e social.

Criar um filho hoje, custa caro, não só em termos económicos, requiere muitos sacrifícios -renúncia ou perda de uma carreira profissional, perda de oportunidades, perda de autonomia, renúncia a determinado estilo de vida- e quanto aos benefícios esperados são mais de ordem psicológica e afectiva, pois poucos pais esperam hoje dos filhos sustento e amparo na velhice.

Esta situação não só é responsável pelo desequilíbrio do modelo reprodutivo actual com níveis abaixo do limiar mínimo que permita a renovação da população, mas também, nas crescentes perturbações gerais de desenvolvimento, segundo afirmam os pediatras e pedopsiquichés.

Muitas crianças, sobretudo das áreas urbanas pobres, são atiradas para a rua muito cedo, fora de qualquer controle social e expostas a enormes perigos. "A minha mãe fechou-me na rua", queixou-se uma criança numa consulta da Unidade de Primeira Infância (U.P.I.). Esta frase é paradigmática do sentimento de privação desta criança.

## 3 - Situações Particularmente Difíceis para as Crianças

### 3.1 - Criança com Necessidades Especiais

As principais vítimas de exclusão social precoce têm sido as crianças com desvantagens decorrentes de deficiências orgânicas ou funcionais.

Uma das recomendações mais importantes do “Relatório Warnock, (1978) (13) e da subsequente White Paper ( 1980)” foi a adoção de um novo conceito de deficiência.

“A avaliação da deficiência deve ser definida a partir do tipo de função afectada, incluindo também a deficiência de saúde, determinada em função de alguma forma de patologia e na medida que constitua uma incapacidade para a criança”.

Segundo Warnock a necessidade especial de uma criança pode ser interpretada em termos de uma brecha entre o que uma criança é capaz de fazer e o que seria de esperar que fizesse na sua idade cronológica, definindo três tipos de necessidades específicas.

- a necessidade de meios complementares que facilitem o acesso. Este tipo de necessidade aplica-se especialmente a crianças com incapacidades sensoriais que necessitem de apoio no campo da comunicação e da expressão e a crianças com incapacidades motoras que necessitam de ajuda no acesso mais literal;
- a necessidade de um programa específico de aprendizagens adaptado às necessidades especiais da criança
- a necessidade de dar especial atenção ao contexto social e emocional onde a criança se insere e desenvolve.

Não se encontram disponíveis estatísticas específicas de crianças com deficiência mas por aplicação das taxas definidas pelo OMS estima-se que todos os anos venham a existir os seguintes novos casos

- paralisia cerebral - 350 crianças / ano
- síndrome de Down - 200 crianças / ano
- cardiopatias congénitas - 1 000 crianças / ano
- surdez profunda - 200 crianças / ano
- deficiência visual - 107 crianças /ano
- deficiência mental - 2.670 crianças / ano

---

(13) Wedell. K - Conceitos e necessidades educacionais especiais  
Prof. de Psicologia Educacional - Universidade de Londres

## 3.2 - Criança Sujeitas a Maus Tratos e a Negligência Severa

Segundo as estatísticas oficiais em 1993 morreram, de forma violenta, 33 crianças com idades inferiores a 15 anos, das seguintes causas.

**QUADRO 7.1 - Causas de Morte de Forma Violenta**

GRUPOS ETÁRIOS	ACIDENTES	SUICÍDIOS	HOMICÍDIOS	OUTRAS VIOLÊNCIAS	TOTAL
< 1 ANO	35	-	5	5	45
1 - 4 ANOS	99	-	-	19	118
5 - 14 ANOS	121	3	2	41	167
<b>TOTAL</b>	<b>255</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>65</b>	<b>330</b>

Fonte: Estatísticas da Saúde, 1993 - INE

Igualmente as estatísticas da Justiça revelam os seguintes dados quanto às situações que provocaram a actuação do Tribunal em relação a 587 menores vítimas de agressões.

**QUADRO 7.2 - Causas de Actuação do Tribunal**

SITUAÇÃO	SITUAÇÃO			TOTAL
	< 13 ANOS	13 - 14 ANOS	15 E MAIS ANOS	
Vítima de maus tratos	90	23	35	148
Vítima do exercício abusivo de autoridade	12	10	23	45
Vítima de abandono e desamparo	285	56	53	394
<b>TOTAL</b>	<b>387</b>	<b>89</b>	<b>111</b>	<b>587</b>

Fonte: Estatísticas da Justiça, 1994 - INE

Estes números revelam porventura as situações visíveis de uma realidade muito mais extensa e difícil de desnudar porque silenciada dado ainda persistir em Portugal uma certa cultura de tolerância à violência doméstica.

Um estudo realizado já há 10 anos por Amaro, F. (1986) estimou em 30 mil novos casos / ano de crianças maltratadas e negligenciadas (seis mil de abuso físico, mil de abuso sexual e vinte e três mil de negligência).

Mais recentemente um estudo feito por uma equipa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no início de 1995 revelou que, apenas naquele concelho, 12% das crianças que frequentam as escolas do 1º ciclo são maltratadas. Das famílias objecto do estudo revelaram em 80% dos casos a presença de stress, tendo como causas mais frequentes: a pobreza, o desemprego, o alcoolismo e a toxicodependência.

Também no Simposio sobre o stress infantil e a violência, realizado em Lisboa em 1995, vários especialistas nacionais e estrangeiros foram unânimes - as crianças são as principais vítimas de um mundo cada vez mais violento -.

Além destas crianças, elas próprias vítimas de violência há que ter em conta as crianças que testemunham cenas de violência, casos esses muitas vezes menosprezados, mas que podem ter um efeito altamente traumático sobre a criança. E quanto menos idade tiver a criança, pior será o trauma, alerta Joy Osofsky, pedopsiquiatra, presidente da Associação Mundial para a Saúde Mental Infantil e investigador dos efeitos da exposição da criança à violência. “Uma criança de dois anos não consegue compreender a origem da violência e não sabe sequer exprimir as suas angústias e o seu sofrimento. A sua relação com o mundo fica desorganizada e o bebé pode deixar de comer, dormir poucas horas, ter pesadelos ou cair num choro incontroável”.

### **3.3 - Crianças Infectadas pelo Virus da SIDA**

A SIDA é um dos maiores problemas de saúde pública em Portugal e em todo o Mundo já que a manter-se o ritmo de crescimento actual tornar-se-á, no fim do século, uma das principais causas de morte.

A SIDA está associada sobretudo a comportamentos de risco face à sexualidade e à toxicoddependência.

Os adolescentes constituem um dos grupos mais expostos dada a sua predisposição para experimentar comportamentos de risco, nas mais variados domínios., e tais comportamentos atingem uma expressão grave quando associados à vida sexual ou ao consumo de drogas, pelas probabilidades de virem a ser contagiados pelo VIH.

Assim, o grupo etário mais atingido por esta doença situa-se entre os 20 e os 40 anos.

Em 31 de Dezembro 1995 os casos de SIDA registados desde 1983 apresentavam a seguinte distribuição etária:cf. quadro 7.3

**QUADRO 7.3 - Casos de SIDA Registados**

GRUPOS ETÁRIOS	Nº DE CASOS	%	GRUPOS ETÁRIOS	Nº DE CASOS	%
0 - 11 MESES	19	0,7	35 - 39 ANOS	445	15,2
1 - 4 ANOS	12	0,4	40 - 44 ANOS	314	10,8
5 - 9 ANOS	10	0,3	45 - 49 ANOS	201	6,9
10 - 12 ANOS	5	0,2	50 - 54 ANOS	149	5,1
13 - 14 ANOS	9	0,3	55 - 59 ANOS	83	2,8
15 - 19 ANOS	47	1,6	60 - 64 ANOS	69	2,4
20 - 24 ANOS	307	10,5	65 E MAIS	54	1,8
25 - 29 ANOS	594	20,3	DESCONHECIDO	23	0,8
30 - 34 ANOS	578	19,8	TOTAL	2 919	100

Fonte: CVEDT

Dos casos conhecidos constata-se que 84,2% correspondem ao sexo masculino, 15,8% ao sexo feminino. Dos casos notificados em 1995, o maior número correspondia aos grupos etários dos 25 - 29 anos (85 casos) e 30 - 34 anos (83 casos).

Por referência às categorias de transmissão verifica-se que 33 casos foram transmitidos mãe-filho, dos quais 17 já tinham morrido.

Em relação à distribuição geográfica dos casos notificados era a seguinte:cf. quadro 7.4

**QUADRO 7.4 - Distribuição dos Casos e Mortes de SIDA por Residência**

GRUPOS ETÁRIOS	Nº DE CASOS	MORTES	GRUPOS ETÁRIOS	Nº DE CASOS	MORTES
AVEIRO	57	40	PORTO	404	205
BEJA	15	8	SANTARÉM	33	22
BRAGA	51	28	SETÚBAL	360	231
BRAGANÇA	21	10	V. DO CASTELO	35	22
CASTELO BRANCO	17	10	VILA REAL	12	8
COIMBRA	57	41	VISEU	25	14
ÉVORA	13	8	AÇORES	22	15
FARO	83	47	MADEIRA	22	15
GUARDA	14	10	PORTUGAL	2 789	1 714
LEIRIA	58	40	ESTRANGEIRO	60	37
LISBOA	1 484	936	DESCONHECIDA	70	35
PORTALEGRE	6	4	TOTAL	2 919	1 786

Fonte: CVEDT

Da análise destes dados constata-se que o grupo etário mais atingido é o grupo entre os 25 e os 39 anos, portanto em idade de procriação existindo assim probabilidade de virem a aumentar o número de crianças com SIDA por transmissão da mãe.

Por outro lado, a manter-se o alto índice de mortalidade nos doentes infectados pelo VIH aumenta a probabilidade destas crianças ficarem orfãs muito precocemente.

É necessário dar a estas crianças e aos seus pais todas as oportunidades para viverem dignamente, torná-las o mais possível felizes, fazendo-as participar em actividades que as motivem e estimulem, num meio ambiente em que se sintam aceites e não as marginalize. É preciso sobretudo dar-lhes os meios materiais e psicológicos para que se aguentem até ao aparecimento de um produto que permita a cura total.

### 3.4 - Comportamentos Desviantes

Segundo os trabalhadores sociais, bem como os meios de comunicação social, há a percepção empírica que a delinquência e marginalidade infantil e juvenil atinge uma expressão significativa nos últimos anos, no entanto, os únicos dados disponíveis são os relativos a situações que levaram à intervenção do Tribunal de Menores cf. quadro 7.5

**QUADRO 7.5 - Situação que Provocou a Actuação do Tribunal**

INFRACÇÃO	ANOS			
	1984	1987	1990	1994
Infracção penal	2 222	2 050	1 421	1 434
Mendicidade, vadiagem prostituição e libertinagem	239	314	497	568
Dificuldade de adaptação a uma vida social normal	158	140	110	171
Inadaptação à família, trabalho ou est. de reeducação	41	75	64	91
<b>TOTAL</b>	<b>2 826</b>	<b>2 962</b>	<b>2 477</b>	<b>2 264</b>

A análise destes dados indicia que os comportamentos desviantes juvenis tendem para uma certa estabélização.

Embora a toxicodependência não seja expressa nestes dados, ela está associada de uma forma generalizada à criminalidade e delinquência juvenis.

Com efeito, a toxicodependência constitui um dos problemas mais graves das sociedades modernas, não só porque atinge o indivíduo na sua globalidade -física, psíquica, social e moral-, mas também pelas suas repercussões a nível familiar e a nível social.

Em 1993, os serviços de prevenção e tratamento da droga registaram **4 895** novos casos de consumidores, valor praticamente idêntico ao do ano anterior, considerando estes serviços que há uma tendência para a estabélização do consumo de estupefacientes, mas com a agravante do consumo tender a iniciar-se mais cedo.

Segundo dados revelados recentemente pela imprensa nascem por ano mais de 1000 crianças, filhas de mães toxicodependentes. Na Maternidade Alfredo da Costa em cada 80 nascimentos, 1 criança nasce com síndrome de abstinência de estupefacientes, registando-se situação idêntica no Hospital de S. Francisco Xavier com uma relação de 95 para 1.

## **4 - Algumas Pistas de Estratégias de Acção**

A necessidade de garantir a protecção especial à **criança** conduziu à adopção da Declaração dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1959, consagrando um conjunto de disposições sobre princípios sociais e jurídicos aplicáveis a todas as crianças do Mundo.

No entanto, o reconhecimento de que em quase todos os países há ainda um elevado número de crianças que vivem em condições particularmente difíceis, que necessitam de uma atenção especial levou a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989, a aprovar a **Convenção sobre os Direitos da Criança** convidando todos os Estados Membros a procederem à sua ratificação, o que Portugal veio a concretizar em 10 de Agosto de 1990.

Apesar de em Portugal se terem registado, nos últimos 20 anos, melhorias significativas nas condições de vida das crianças, designadamente no âmbito da saúde, da mortalidade infantil, dos níveis de escolarização, da protecção social e jurídica, persiste ainda um elevado número de crianças que vêem alguns dos seus direitos todos os dias ameaçados e para quem a Convenção dos Direitos da Criança, na sua globalidade, está longe de constituir uma realidade no seu dia a dia social.

Com efeito, os capítulos anteriores revelam situações de desigualdade sociais graves, algumas das quais, associadas a bolsas de pobreza tradicional, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas, outras associadas a novos problemas sociais relacionados com mudanças drásticas verificadas em vários domínios:

### ***Ao nível demográfico***

---

O desequilíbrio do crescimento demográfico, caracterizado pela concentração da população no litoral e nas grandes zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, tem fomentado a deslocação de muitas famílias, quer migrações internas quer externas, com as conseqüentes dificuldades acrescidas no domínio da habitação, da inserção social, do isolamento e desenraizamento cultural e social.

### ***Ao nível do mercado de trabalho***

---

A instabilidade do mercado de trabalho, o desemprego, o emprego incerto, a juntar a baixos salários, têm contribuído para um número excessivo de horas de trabalho de ambos os progenitores, com conseqüências negativas na relação e acompanhamento dos filhos, bem como, na satisfação e bem estar dos próprios pais.

### ***Ao nível da estrutura familiar***

---

A diminuição da dimensão da família, extremamente útil a uma sociedade complexa que se quer móvel (desloca-se com facilidade do interior para o litoral, de um país para outro e, em termos de consumo, tem grandes vantagens, está muito mais dependentes de bens e serviços), associada à instabilidade da família incluindo a maior frequência de filhos fora do casamento e de divórcios, torna a família actual numa organização extremamente frágil e vulnerável a qualquer risco, risco de desemprego, risco de doença ou de deficiência.

A interacção destes fenómenos tem contribuído para o surgimento ou agravamento de problemas sociais extremos como a toxicodpendência, a prostituição infantil, a delinquência e a violência doméstica.

## **4.1 - Intervenção com Base nos Recursos Existentes**

---

O carácter multifactorial e multidimensional dos problemas sociais actuais exige uma acção concertada intersectorial e interinstitucional sustentada por formas de participação dos próprios e da comunidade onde se inserem.

A prevenção de situações de risco necessita de uma actuação global sobre a criança e sobre o contexto de desenvolvimento assente num diagnóstico correcto das principais vulnerabilidades e sobretudo das suas forças, qualidades, valores pessoais e cívicos.

Este modelo de intervenção numa perspectiva globalizante, que envolve um conjunto diferenciado de Serviços designadamente sociais, educativos e de saúde, pressupõe uma abordagem ecológica, isto é, uma abordagem que engloba a criança e os vários sistemas em que se insere, utilizando todos os recursos existentes na comunidade.

Assim, além de potenciar as capacidades dos próprios beneficiários, importa envolver os recursos existentes, bem como complementar e articular com as estruturas já implementadas e que se destinam a crianças com necessidades sociais específicas, sendo de referir entre outras:

### **Projecto de Apoio à Família e à Criança**

---

Criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/92, de 18 de Agosto e integrada pelo Dec.-Lei 3B/96, de 26 de Janeiro, no Alto Comissariado para as Questões de Promoção da Igualdade e da Família.

#### **Objectivos**

---

- Detectar e proceder a um rigoroso diagnóstico de crianças em situação de maus tratos e das disfunções familiares que motivaram os maus tratos
- Desenvolver as acções necessárias de molde a fazer cessar a situação de risco.

### **Comissões de Protecção de Menores**

---

Criadas pelo Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de Maio, são instituições oficiais não judiciárias integradas no Ministério da Justiça, de constituição interdisciplinar e interinstitucional, de base local, visando a protecção de crianças com idades inferiores a 12 anos, que se encontrem em situações susceptíveis de afectar a integridade física ou moral da criança.

#### **Constituem competências das comissões:**

---

- Apreciar, decidir e acompanhar as medidas de protecção aplicáveis aos menores, tendo em vista diminuir o carácter formal e estigmatizante da intervenção judicial e garantir uma actuação mais rápida e adequada de cariz comunitário à criança.

## ***Projecto Vida***

---

Programa interministerial, de âmbito nacional, criado pelo Decreto-Lei n.º 248/92, de 9 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 127/94, de 19 de Maio, destinado a combater e prevenir a toxicod dependência.

## ***Programa Educação para Todos - PEPT***

---

Programa interministerial, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/91, de 9 de Agosto, que visa contribuir para o pleno cumprimento da escolaridade obrigatória de nove anos e o acesso generalizado a uma escolarização secundária completa, através de projectos integrados, que invertam os mecanismos locais fomentadores do abandono escolar precoce.

## ***Projecto de Educação Intercultural***

---

Criado pelo Despacho n.º 170/ME/93, de 6 de Agosto, no âmbito do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, visa desenvolver acções, a partir das escolas do ensino básico situadas em zonas residenciais de populaçãp pertencente a minorias étnicas, tendo em vista facilitar a inserção escolar, familiar e comunitária das crianças.

## ***Programa e Promoção e Educação para a Saúde***

---

Criado no âmbito do Ministério da Educação pelo Despacho n.º 172/ME/93, de 13 de Agosto, visa a promoção e a educação para a saúde, nomeadamente a prevenção da toxicod dependência e da SIDA, através de projectos a desenvolver em articulação com entidades oficiais e cívicas.

## ***Programa de Luta Contra a Pobreza***

---

Criado pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, visa o combate à exclusão social através de projectos integrados de desenvolvimento comunitário.

## 4.2 - *Intervir Precocemente*

---

Os programas de intervenção precoce de natureza compensatória, destinados a crianças de classes desfavorecidas e em situação de maior risco social, tiveram o seu início na década de 60, sendo o mais conhecido o Programa HEAD START, iniciado nos Estados Unidos em 1965, para crianças em situação desfavorecida.

Bairrão Ruivo (14) refere, "segundo VAN LEER (1974), podemos caracterizar estas crianças e famílias ditas em desvantagem, metendo-as em três grandes categorias de situações:

- quando a comunidade ou sub-cultura são desfavorecidas material e economicamente (baixos rendimentos; maus cuidados de saúde, má habitação, famílias numerosas);
- quando o meio social e familiar mais vasto agrava material e socialmente os efeitos da pobreza e a sociedade, na sua generalidade, não os aceita como parceiros em termos de igualdade;
- quando as crianças e famílias em desvantagem revelam características culturais e bio-sociais que podem parecer disfuncionais do ponto de vista adoptado pela sociedade em geral".

**Intervenção precoce**, num sentido lato, engloba um conjunto de acções diversificadas de cariz social, médico e educativo, que visam, através de programas adequados às necessidades específicas das crianças abrangidas, evitar ou reduzir os efeitos negativos de determinados factores sobre o crescimento e o desenvolvimento das crianças.

Os primeiros projectos de **intervenção precoce**, seguindo os padrões tradicionais de educação pré-escolar, tinham como objectivo fundamental o desenvolvimento cognitivo das crianças através do desenvolvimento de currículos compensatórios capazes de superar a privação sócio-cultural do meio natural.

Durante estes 30 anos que medeiam o início deste modelo de intervenção foram realizadas inúmeras investigações e avaliações sobre os efeitos imediatos e a longo prazo provocados pelos programas de intervenção precoce no desenvolvimento das crianças, o que levou à introdução de várias alterações ao longo do tempo, assumindo nos anos oitenta uma nova dinâmica, quer por parte das comunidades científicas quer por parte das instâncias políticas, em relação a este tipo de programas e sua eficácia

Com efeito, a partir sobretudo dos anos setenta, um número crescente de investigadores têm dedicado uma atenção especial ao desenvolvimento infantil, fazendo incidir as suas pesquisas progressivamente sobre crianças de menor idade.

As investigações desenvolvidas permitiram uma melhor compreensão da forma como se processa o desenvolvimento nesse período, o que veio permitir significativos avanços na implementação de novos modelos de intervenção precoce para crianças desfavorecidas, com base nas seguintes premissas:

- o reconhecimento de que, dentro de certos limites impostos pelo potencial genético, as variáveis ambientais podem modificar, favorável ou desfavoravelmente, o desenvolvimento da criança.
- o reconhecimento de que as perturbações no desenvolvimento devem-se, em parte, a variáveis sociais e ambientais e que certos factores do contexto ambiental podem ser decisivos, nomeadamente nos primeiros anos de vida;

---

(14) Ver Bairrão, J.R. - 1992

- o reconhecimento de que as crianças em situação de privação sócio-cultural, mesmo nas sociedades economicamente desenvolvidas, representam um número significativo;
- o reconhecimento de que os programas tradicionais de natureza compensatória assentes essencialmente num modelo transposto do tipo de experiências sociais que as crianças da classe média estabelecem com o seu envolvimento, não mantiveram a médio prazo os ganhos esperados.
- o reconhecimento da necessidade de repensar e redimensionar as acções dirigidas à infância, através de programas dirigidos não só à criança mas também aos pais e à comunidade em geral.

Assim, o conhecimento produzido levou à adopção de um novo modelo de intervenção precoce baseado na ideia da diferença e da relatividade cultural, integrando os seguintes fundamentos teóricos:

- As diferenças entre crianças de grupos sócio-culturais diferentes reflectem padrões de **comportamento** diferentes e não capacidades diferentes e por isso os programas de intervenção deverão ter em conta as diferenças culturais das populações apoiadas.
- As experiências precoces constituem o fundamento do desenvolvimento de comportamentos subsequentes mais complexos, e por isso a intervenção educativa será tanto mais efectiva quanto mais cedo for iniciada.
- O primeiro ano, foi assim considerado como um período particularmente sensível às influências do envolvimento durante o qual as experiências com o mundo exterior terão um efeito crucial sobre o desenvolvimento subsequente.
- O desenvolvimento é um processo contínuo, o que implica que em qualquer idade, as experiências presentes serão condicionadas e construídas a partir das experiências anteriores, pelo que a intervenção educativa e social em idades mais elevadas não pode anular um passado pobre de experiências, do mesmo modo que um processo de intervenção precoce, se não for continuado, não pode superar os efeitos posteriores de um envolvimento pouco estimulante.
- A manutenção dos efeitos positivos iniciados pelos programas de intervenção precoce no desenvolvimento das crianças em situação de risco dependem de mudanças constantes o que requer que disponham de um sistema de apoio capaz de produzir mudanças substanciais no meio ambiente da criança e capacitá-lo para de uma forma constante e continuada consolidar, de forma duradoura, os benefícios iniciais alcançados com os programas de intervenção precoce.
- As crianças desfavorecidas, sobretudo as minorias étnicas e culturais parece serem mais fortemente influenciadas pelo ambiente familiar do que pelo simples desenvolvimento de programas ricos em oportunidades educativas dirigidas exclusivamente à criança, verificando-se que só promovendo o desenvolvimento global dos pais e fortalecendo as suas capacidades parentais as crianças progredem de uma forma continuada.

A intervenção precoce engloba assim, uma grande variedade de serviços e actividades, concebidas para o atendimento de uma população infantil heterogenea:

- crianças em situação de privação sócio-cultural
- crianças em situação de risco biológico
- crianças com diferentes tipos e graus de deficiência

Assim, as implicações práticas deste modelo de intervenção traduz-se na implementação de programas que tenham em consideração uma perspectiva ecológica. Tal perspectiva implica que se incluam nestes programas as vertentes: educativa, social e saúde de acordo com as necessidades específicas das crianças e das suas famílias, condicionando o tipo de programas e sistemas de apoio às diferentes variáveis em presença:

- necessidades específicas de estimulação da criança
- composição, papéis e sistemas de comunicação dos elementos do agregado familiar
- sistemas de apoio com que a família conta, sua inserção em redes sociais
- valores educativos e culturais em presença, expectativas face à criança, atitudes e reacções face ao seu nascimento.

Os resultados dos vários estudos e avaliações sobre a eficácia da intervenção precoce dirigidas a crianças desfavorecidas apontam pela sua eficácia ao nível das capacidades pessoais, intelectuais e sociais das crianças sendo de destacar como variáveis apontadas com maior frequência:

### ***Envolvimento dos pais***

---

Os programas que envolvem os pais atingiram ganhos mais efectivos

### ***Início da intervenção***

---

Os programas que iniciaram mais cedo o apoio produziram resultados mais significativos

### ***Grau e estruturação dos programas***

---

Os programas que utilizam desenhos curriculares mais estruturados de maior intensidade e duração são mais eficazes

### ***Redes de apoio social***

---

Os programas que utilizam as redes de apoio social, de carácter formal e informal, como fontes de experiências e oportunidades e como forma de influenciar e aperfeiçoar o desenvolvimento da criança e da família traduzem-se em ganhos mais efectivos.

Parece ainda poder-se concluir que os programas de intervenção precoce têm produzido impacto positivo em termos da qualidade de vida das famílias apoiadas, produzindo mudanças favoráveis no estatuto sócio-económico, maior estabilidade profissional, melhor inserção social e redução do número de gravidezes.

### 4.3 - Construindo Resiliência

---

A capacidade de sobrevivência e de superar as situações extremas de violência e stress, manifestadas por diferentes grupos de crianças, desde os meninos de rua da América Latina ou as crianças dos subúrbios pobres e estigmatizados das grandes cidades Americanas, ou as vítimas de guerra da Bósnia, ou as recrutadas para matar pelo regime Khmer Vermelho no Camdodja; apesar da taxa de mortalidade ser enorme, muitos dos sobreviventes são inteligentes, engenhosos e desembaraçados.

“Algumas crianças são vulneráveis, mas revelam-se invencíveis, conseguindo transformar-se em jovens integrados e competentes” refere Michel Manciaux, membro do comité da O.M.S. para a saúde materno-infantil.

A esta faculdade humana de construir invulnerabilidades, mesmo num meio onde predominam a pobreza e as carências de toda a ordem, os especialistas baptizaram de **resiliência**.

Com efeito, **resiliência** é um termo emprestado da física que tem sido utilizado nos últimos anos pelos investigadores como uma estratégia a desenvolver como resposta ao aumento do stress infantil e à violência.

Na Física, resiliência é a capacidade de resistência de um material ao choque. Apresenta-se normalmente como exemplo a capacidade de recuperação de uma bola de borracha que depois de ser submetida a uma pressão deformadora volta à forma inicial.

**Resiliência** adaptada à realidade humana é a capacidade do indivíduo superar situações adversas de uma forma positiva e construtiva.

Segundo Brazelton (15), a resiliência constroi-se na interacção entre a pessoa e o envolvimento, não dependendo, portanto, exclusivamente do envolvimento, nem é algo exclusivamente genético.

Em termos de acção, ainda segundo o mesmo especialista, o enfoque do desenvolvimento de resiliência assenta na reorganização das formas de trabalhar, permitindo novas aprendizagens e novas interpretações. Nesta perspectiva a acção deverá orientar-se pelas forças que podemos capitalizar:

- antes de diagnosticar problemas e as correspondentes soluções, passar-se-á a diagnosticar as necessidades, forças e competências das crianças, famílias e comunidade;
- em vez de se examinar as fraquezas e o modo de as compensar, o enfoque da acção passará para as forças e o modo das aproveitar;
- em vez de insistir na intervenção e em recursos exteriores, deverá passar-se a construir soluções, o mais possível com base nos recursos disponíveis -as pessoas, as famílias e as comunidades tentando mobilizá-las para a concepção de algumas soluções.

Esta perspectiva pretende criar condições e oportunidades para o desenvolvimento dos factores geradores de resiliência.

Com base em resultados de investigação e da experiência prática, Vanistendael (16) definiu cinco factores geradores de resiliência que parecem funcionar numa variada tipologia de culturas e envolvimento, assim como em diferentes níveis de desenvolvimento e crescimento da criança:

---

(15) Brazelton, Beery - expoente máximo da pediatria moderna americana, membro da UNICEF

(16) Vanistendael, Stefan - Director do Departamento de Investigação e Desenvolvimento - BICE Genebra, 1995

- redes de apoio social como expressão final da aceitação incondicional da criança
- capacidade para analisar o significado da vida em estreita ligação com a vida espiritual
- atitudes e sentimento de ter algum tipo de control sobre a própria vida
- sentimento de auto-estima
- sentido de humor.

Igualmente o Professor Laesel, especialista alemão, com base em resultados de investigação científica, definiu 10 recursos pessoais e sociais geradores de resiliência:

- relação estável, pelo menos com um dos pais ou outra pessoa de referência
- apoio social dentro e fora da família
- clima educativo, emocionalmente positivo, aberto, orientador e regido por normas
- modelos sociais que estimulem uma conduta construtiva
- avaliação de responsabilidades sociais e exigência de resultados
- competências cognitivas
- oportunidades de autonomia que favoreçam uma atitude eficaz
- experiências de auto-eficácia, auto-confiança e conceito positivo de si mesmo
- actuação positiva face a factores de stress
- exercício do sentido, estrutura e significado do próprio crescimento.

## 5 - Alguns Indicadores Seleccionados

### 5.1 - Alguns Indicadores Comparativos entre Regiões

#### Dados Demográficos, Económicos e de Conforto

ALGUNS INDICADORES SELECIONADOS 1991	NORTE	CENTRO	LISBOA E V. TEJO	ALEN-TEJO	ALGARVE	AÇORES	MADEIRA
<b>1 - SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO</b>							
ÁREA (Km2)	21 194	23 665	11 934	26 930	4 960	2 329	779
% DO PAÍS	23	26	13	29	5	2.5	0.0001
POPULAÇÃO RESIDENTE	3 452 263	1 720 787	3 308 556	541 548	340 114	237 795	253 045
% DO PAÍS	35	17	34	6	3	2	3
VAR. POPULACION. (1981/91) %	1.23	-2.4	1.44	-6.38	5.12	-2.4	0.08
DENSIDADE (HAB./Km2)	163	73	277	20	69	*	326
<b>2 - ESTRUTURA ETÁRIA %</b>							
< 15 ANOS	22.3	19.3	18.3	17.7	18.1	26.7	23
15 A 64 ANOS	66.4	64.2	68.6	63.2	64.8	61	62
> 65 ANOS	11.3	16.5	13.1	19.1	17.1	12.3	15
<b>3 - EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE</b>							
PRIMÁRIO	21.82	30.07	9.11	29.11	15.59	22.2	19.3
SECUNDÁRIO	40.71	30.27	29.27	18.7	17.87	24.7	11.2
TERCEÁRIO	37.47	33.66	61.62	52.19	66.54	53.1	69.5
<b>4 - CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO</b>							
TAXA DE MORTALID. INFANTIL	12.5	9.6	9.4	8.8	9.2	10.8	14.1
HABITANTES P/ MÉDICO (SNS)	515	532	370	672	597	726	678
<b>% DE AGREGADOS COM :</b>							
TELEFONE	40.2	33.2	63.4	34.1	45	*	*
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	93.5	87.9	95.2	85.2	91.3	*	*
AUTOMÓVEL	37.8	39.7	45.6	35.2	45.3	*	*
TAXA DE MOTORIZAÇÃO	134	150	213	129	205	*	148
TAXA DE REPROVAÇÃO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	25.8	25.5	21.4	24.1	26.4	*	33.9
POP. SERVIDA C/ REDE PÚBLICA ABASTECIMENTO DE ÁGUA	65.2	67.7	92.2	83.6	82	*	*
POP. SERVIDA C/ SISTEMA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	92.5	94.8	99.4	95	98.3	*	*
DENSID. DE ESTRADAS Km/Km2	0.28	0.24	0.26	0.14	0.17	*	*
Nº DE POSTOS TELEFÓNICOS PRINC. / 100 HAB.	21.9	22.8	37	21.5	35.8	*	23

## 5.2 - Alguns Indicadores Desagregados a Nível de Concelho

### Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho

### Distrito de Aveiro

DISTRITO AVEIRO	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
AROUCA	39,4	63,5	15	25,9	3	40,5	51,3	30,4	4,1	2,6	6,5
VILA DA FEIRA	32,6	45,3	8,4	15,9	12,3	49,5	58,8	40,7	2,7	2,2	3,4
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	32,5	47,9	7,1	4,8	8,9	50,8	59,2	42,8	2,1	1,7	2,8
S. JOÃO DA MADEIRA	32	45,2	5,1	3,6	8,9	52,8	59,7	46,4	3,1	2,6	3,7
VALE DE CAMBRA	33	53,2	11,4	18,2	8,3	47,4	55,3	39,9	3,2	2,4	4,4
ESPINHO	29,3	44,1	6,7	2,8	12	48,7	57,6	40,4	6,6	4,2	9,7
ÁGUEDA	31,1	49,2	8,8	18,1	2,9	49,4	58,2	41	1,9	1,3	2,7
ALBERGARIA-A-VELHA	32	52,1	9,1	2,2	15,2	41,6	53	30,7	4,1	2,4	6,9
ANADIA	29,6	53,4	11,2	5,1	5,7	45,9	57	35,6	3,9	2	6,7
AVEIRO	30,1	46,5	6,1	2,1	5,5	48,1	56,6	40,2	4,7	2,9	7,1
ESTARREJA	31,6	54,3	8,7	8,5	5,6	41,9	53,7	30,9	5,7	3,2	9,8
ÍLHAVO	32,1	47,7	6,5	4,7	4,5	45,5	56	35,6	6,1	3,8	9,6
MEALHADA	28,6	50,3	10,9	11,2	9,1	42,5	53,6	32,2	7,5	4,7	11,9
MURTOSA	35,4	65,7	10,8	24,4	11,8	35,9	49,7	23	5	2,8	9,3
OLIVEIRA DO BAIRRO	28,9	53,1	11,9	8,9	2,9	49,4	58,3	41,4	1,9	1,2	2,8
OVAR	33,1	48,9	7,9	6,6	3,6	47,7	56,2	39,7	5,8	4,3	7,8
SEVER DO VOUGA	33,1	57,1	12,8	9,6	*	43,2	51,9	35,3	5,9	3,4	9,2
VAGOS	34,1	55,8	13,5	18,2	1,5	53	58,6	47,9	3,4	2,9	3,9
CASTELO DE PAIVA	36,6	53,1	10,9	*	*	38,8	51,5	26,5	9,3	5	17,4
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Beja**

DISTRITO  BEJA	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ODEMIRA	26,3	57,1	32,8	33,9	10,1	39,3	53,1	24,7	6,7	5,2	10,1
ALJUSTREL	28,7	58,5	21,3	4,5	16,2	36,7	49,1	24,4	16,7	8,8	32,5
ALMODÓVAR	29,0	61,1	26,7	41,9	6,1	37,6	50,0	24,5	15,9	5,9	37,4
ALVITO	28,9	71,0	27,6	14,3	25,0	34,9	48,5	21,7	7,4	4,9	12,6
BARRANCOS	24,7	55,5	23,5	5,1	*	32,3	52,1	13,6	14,6	9,8	32,2
BEJA	29,1	55,6	17,3	9,8	17,3	42,7	52,9	33,2	10,6	6,2	16,9
CASTRO VERDE	28,8	62,4	20,5	1,2	19,6	39,8	54,8	25,0	11,8	5,1	26,6
CUBA	28,6	65,5	24,5	2,0	*	36,2	48,7	24,1	15,9	8,7	30,0
FERREIRA DO ALENTEJO	29,6	60,4	24,7	7,1	16,0	41,2	51,9	30,7	15,6	7,5	29,1
MÉRTOLA	26,6	72,1	29,6	84,1	6,7	29,1	43,5	15,0	12,8	6,0	32,6
MOURA	31,3	64,4	24,2	12,7	14,1	39,2	52,7	26,3	15,2	7,9	29,1
OURIQUE	24,1	63,5	30,2	6,3	20,8	37,1	52,7	21,0	10,2	4,8	24,2
SERPA	27,0	59,1	27,4	10,0	1,9	39,0	53,1	25,4	21,9	14,7	36,5
VIDIGUEIRA	28,0	64,1	23,9	14,3	14,5	38,1	51,8	24,6	15,0	9,5	26,2
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Braga**

DISTRITO  BRAGA	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
FAFE	38,3	56	12,3	22	5,3	45,9	51,9	40,5	4,5	4,7	4,2
GUIMARÃES	37,5	49,2	9,2	18,3	2,8	52,1	57,4	47,0	3,5	3,5	3,6
PÓVOA DO LANHOSO	46,9	68,8	14,8	19,8	4,7	38,5	47,1	30,8	4,4	3,4	5,8
VILA NOVA FAMALICÃO	34,3	46	8,2	19	4,9	51,9	58,1	45,8	3,2	3,1	3,3
VIEIRA DO MINHO	39,8	67,1	15,4	16,9	8,3	32,7	43,0	22,6	10,7	9,0	13,8
AMARES	41,3	61,9	12,3	21,1	*	37,2	47,7	27,5	4,4	3,2	6,2
BARCELOS	40	53,4	9,3	19,1	6,6	47,3	53,7	41,3	2,6	2,7	2,4
BRAGA	35,5	48,3	6,9	4,4	4,9	47,7	54,8	41,1	4,9	3,9	6,1
ESPOSENDE	40,6	54,4	9,1	32	10,3	48,3	54,6	42,7	3,1	3,0	3,4
TERRAS DO BOURO	38,7	66	18,2	28,8	9,5	32,1	43,9	21,1	9,4	7,1	13,9
VILA VERDE	42,7	63,9	15,4	24,9	8,7	38,2	46,7	30,5	4,0	3,5	4,8
CABECEIRA DE BASTO	41,4	65,1	20,4	23,4	5,1	34,5	47,3	22,1	8,3	5	15,1
CELORICO DE BASTO	42,5	66	17,9	28,8	6,6	37,1	43,5	31	4	3	5,2
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Bragança**

DISTRITO  BRAGANÇA	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ALFANDEGA DA FÉ	28,6	60,7	17,8	13,7	*	35	46,7	23,4	9,3	4,8	18,2
BRAGANÇA	30,5	55,4	15,3	3,0	9,5	37,2	46,5	28,3	5,2	3,4	8,2
CARRAZEDA ANSIÃES	33,6	66,3	19,7	18,0	17,6	30,8	46,9	15,7	8	4,8	16,9
F. DE ESPADA À CINTA	26,1	61,8	25,9	21,8	20,0	30,8	44,4	18,2	6,1	2,9	13,5
MACEDO CAVALEIROS	34,1	59,4	17,8	13,0	16,5	29,9	45,5	14,3	5,5	3,7	11,2
MIRANDA DO DOURO	25,2	55,8	20,6	0,8	4,0	33,8	48	20,1	3,3	2,3	5,7
MIRANDELA	33,5	57,8	16,4	5,2	18,4	37,2	49,1	25,6	9,8	5,3	18,1
MOGADOURO	29,9	61,9	21,3	13,6	11,1	36,7	49,2	24,1	7,2	4,1	13,5
TORRE DE MONCORVO	30,3	66,9	22	13,4	17,5	31,4	44,9	19,1	6,9	3,4	14,5
VILA FLOR	31,3	57,6	18	11,6	16,7	37,3	55,2	20,3	7,3	3,1	18,1
VIMIOSO	31,4	66,2	25,9	28,5	30,8	32,3	41,5	23,2	10,5	9,1	13
VINHAI	29,6	65,9	22,9	16,8	5,9	32,1	43,7	20,5	4,9	2,4	10,5
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Castelo Branco**

DISTRITO  CASTELO BRANCO	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
BELMONTE	27,2	58,2	20,8	9,8	24,2	42,4	51,7	34,0	2,8	3,0	2,4
COVILHÃ	28,7	52,4	15,6	21,7	3,5	42,4	49,8	35,6	7,7	5,7	10,1
FUNDÃO	28,7	63,6	23,7	10,4	1,6	36,1	46,8	26,3	4,9	3,6	6,9
CASTELO BRANCO	25,9	55,8	17,3	6,7	5,2	41,0	50,6	32,2	4,8	3,0	7,4
IDANHA A NOVA	22,9	88,7	37,4	8,5	22,9	25,7	37,8	14,9	6,7	3,8	13,1
PENAMACOR	23,1	79,3	32,7	7,6	30,4	28,1	37,8	18,9	7,7	5,6	11,7
VILA VELHA DE RODÃO	19,8	75,9	22,9	*	*	30,3	42,3	19,2	8,0	3,4	17,3
OLEIROS	26,1	70,1	30,9	22,0	*	30,1	43,5	17,5	1,8	0,9	4,2
PROENÇA A NOVA	28,9	72,0	25,6	26,8	8,3	32,3	46,9	18,0	2,3	1,6	4,2
SERTÃ	28,2	62,8	23,0	61,1	9,1	38,0	51,4	25,4	4,7	2,4	9,1
VILA DE REI	26,3	82,2	21,4	14,8	*	34,1	42,5	26,8	6,7	3,1	11,6
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Coimbra**

DISTRITO  COIMBRA	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
CANTANHEDE	29,0	53,6	13,5	7,7	3,3	46,2	53,7	39,2	3,5	2,8	4,3
COIMBRA	26,1	44,7	7,1	1,1	5,9	47,0	54,2	40,7	6,2	4,7	8,0
CONDEIXA A NOVA	25,7	55,9	14,6	4,1	0,0	40,4	51,1	31,2	5,1	2,4	9,0
FIGUEIRA DA FOZ	27,2	50,2	11,7	6,6	5,3	42,3	52,9	32,5	7,7	5,0	11,7
MIRA	30,8	54,5	12,9	5,3	0,0	47,1	56,3	38,9	4,6	3,3	6,3
MONTEMOR O VELHO	28,2	54,2	17,2	13,4	5,3	40,6	54,1	28,0	6,0	3,0	11,5
PENACOVA	30,3	57,6	13,8	12,0	7,1	38,7	53,7	25,2	4,2	2,1	8,3
SOURE	25,4	56,3	20,1	5,0	3,3	36,4	49,9	23,9	5,2	2,7	10,1
ARGANIL	30,3	71,2	17,0	8,6	4,2	34,8	45,0	25,6	5,1	4,1	6,7
GÓIS	28,5	80,6	21,6	20,7	0,0	27,4	38,8	17,7	5,6	1,6	13,1
LOUSÃ	28,5	55,3	10,1	3,8	0,0	40,1	51,0	30,0	7,4	4,2	12,5
MIRANDA DO CORVO	29,4	56,3	13,4	9,4	1,6	39,7	50,8	28,9	3,7	2,0	6,6
OLIVEIRA DO HOSPITAL	30,9	61,1	15,4	11,8	1,9	39,6	49,5	30,3	3,4	2,2	5,1
PAMPILHOSA DA SERRA	27,2	78,9	31,0	44,3	9,1	26,3	33,3	20,3	3,7	3,0	4,7
PENELA	26,2	67,3	15,4	10,8	10,0	32,7	45,9	20,6	4,5	2,6	8,5
TÁBUA	33,3	70,7	15,2	12,8	0,0	37,1	47,4	27,6	2,8	2,0	4,2
VILA NOVA DE POIARES	31,3	60,9	12,5	10,7	4,5	37,9	51,4	25,7	3,6	2,1	6,2
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Évora**

DISTRITO  ÉVORA	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ALANDROAL	25,3	59,7	25,3	7,8	25,0	40,8	52,4	29,6	10,2	5,2	18,8
ARRAIÓLOS	26,7	61,8	21	9,9	19,0	42,5	55,4	30,2	8,5	4,4	15,7
BORBA	26,0	52,5	22,6	1	*	43,7	56,7	30,8	6,5	3,1	12,6
ESTREMOZ	23,8	55,8	23,1	21,5	25,0	42,8	55,4	31,2	8,3	2,6	17,7
ÉVORA	29,4	52,6	12,5	40,4	10,8	46,6	55	38,8	6,7	4	10,2
MONTEMOR O NOVO	27,1	58,1	22,5	10,8	5,3	41,9	54,7	29,5	8,6	4	16,9
MORA	21,1	77,8	23,4	14,1	2,8	39,3	50,6	28,4	9	3,3	18,6
MOURÃO	33,9	69,1	27,3	15,5	11,1	37,7	51,6	24,1	11,5	2,6	30,2
PORTEL	28,8	61,1	25	27,7	10,2	44,3	54,5	34,6	24,4	10,6	45
REDONDO	28,6	62,1	22,3	39,2	16,7	40,6	53,5	28,3	10,4	4,5	20,9
REGUENG. MONSARAZ	28,2	58,7	22,5	16,2	9,3	42,5	54,8	30,9	6,7	3,5	12
VENDAS NOVAS	23,4	46,5	16,4	8,4	18,9	44,9	56,8	33,6	9,7	4,6	17,9
VIANA DO ALENTEJO	28,7	64,4	25	*	13,6	42,9	54,7	31,7	16	6,3	32
VILA VIÇOSA	29,4	54,1	18,7	*	3,0	45,1	57,7	33	8,6	2,3	19,3
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Faro**

DISTRITO  FARO	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
AIBUFEIRA	27,8	54,3	12,2	4,2	9,8	48,9	57,7	40,4	2,6	2,0	3,3
ALCOUTIM	23,6	50,3	33,4	0,8	20,0	28,7	43	14,7	6,3	4,5	11,5
ALJEZUR	22,1	62,9	27,7	8,5	12,5	36,9	50	23,7	5,2	4,1	7,6
CASTRO MARIM	25,0	61,4	25,4	*	*	38,5	52,4	24,7	8,3	5,1	15,1
FARO	28,4	48,6	8,7	3,6	8,6	46,2	55,2	37,8	4,7	3,6	6,2
LAGOA	29,3	51,2	10,6	17,7	19,5	46,3	56,1	36,4	4,8	3,6	6,6
LAGOS	27,1	51,8	13,3	14,2	7,9	46	55	37,2	6,4	4,6	8,9
LOULÉ	27,3	56,6	14,5	5,8	18,1	40,8	52,1	29,9	4,3	3,0	6,3
MONCHIQUE	22,8	62,2	27,7	29,9	*	38,7	54,9	21,5	2,7	2,0	4,6
OLHÃO	30,8	54,8	11,6	7,0	25,0	41,5	53,9	29,6	6,7	4,0	11,5
PORTIMÃO	27,8	50,2	13,8	1,5	16,7	47	56,1	38,3	5,3	4,1	7,0
S. BRÁS DE ALPORTEL	25,5	64,5	8,0	14,1	5,7	38,1	52,4	24,5	5,0	3,5	8,1
SILVES	27,0	59,0	10,1	10,1	11,7	42,8	54,0	31,4	4,5	3,0	7,1
TAVIRA	26,6	58,4	19,1	2,8	3,2	40,1	53,4	26,9	6,2	2,7	13,1
VILA DO BISPO	25,2	58,9	17,6	10,4	18,8	41,9	53,4	29,9	4,3	3,0	6,8
V. REAL DE S. ANTÓNIO	29,3	51,8	12,7	1,3	16,4	41,7	54,0	30,0	5,7	3,7	9,2
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito da Guarda**

DISTRITO  GUARDA	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ALMEIDA	25,4	59,9	14,8	6,7	2,4	37,5	47	28,6	3,5	2,4	5,2
CELORICO DA BEIRA	33,7	74,9	21,6	19,3	*	34,3	46	23,6	5,5	2,7	10,5
FIGUEIRA C. RODRIGO	28,1	71,1	16,2	7,5	2,3	30,9	44,9	18,3	5,7	2,4	12,8
GUARDA	29,9	56,6	13,6	18,3	4,8	40,2	49,5	31,7	4	2,9	5,6
MANTEIGAS	31,3	57,3	14,2	7,0	2,6	40	49,2	31,4	8,1	5	12,7
MEDA	30,2	67,7	19,6	9,5	*	34,7	47,7	23	4,5	2,1	8,8
PINHEL	27,9	62,0	18,2	5,8	21,1	41,1	48,4	34,4	3,4	2	5,3
SABUGAL	25,6	79,6	26,3	32,9	15,4	34,4	46,3	23,7	2,9	2	4,4
TRANCOSO	33,0	69,8	21,8	2,6	11,1	35,3	46,8	25	3,4	2,4	5
AGUIAR DA BEIRA	36,9	72,3	24	8,9	28,6	37,2	50,1	25,1	1,7	1,2	2,8
FORNOS DE ALGODRES	30,9	71,3	22	6,0	2,8	37	48,7	25,7	4,2	2,3	7,7
GOUVEIA	29,4	67,2	16,5	6,9	*	35,1	45,8	25,6	5,1	3,6	7,5
SEIA	32,3	59,7	14,1	14,5	1,5	37,9	48,6	28	7,5	4,8	1,2
VILA NOVA DE FOZ CÔA	28,6	66,8	21,1	10,2	6,7	30,5	45,3	16,9	4,5	2,5	9,3
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Leiria**

DISTRITO  LEIRIA	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ALCOBAÇA	29,2	49,9	13,7	6,3	3,8	45,7	55,9	35,8	3	2,2	4,3
ALVAIAZERE	28,5	71,1	21,5	4,8	4,0	33,5	45,4	23,1	3,8	2,4	6,4
ANSIÃO	27,5	57,3	17,5	7,1	5,9	37,6	52,5	23,7	4,7	2,9	8,5
BATALHA	30,5	51,5	13,8	7,2	*	43,1	55,4	31,1	1,7	0,9	4,2
BOMBARRAL	28,7	57,4	14,1	9,4	8,8	42,6	55,6	30,1	6,8	3	13,6
CALDAS DA RAINHA	28,3	50,7	13,2	5,6	12,4	45,8	56,4	35,9	4,7	2,9	7,3
CASTANHEIRA DE PÊRA	27,6	60,9	14,3	4,3	15,4	37,9	46,1	30,5	8,1	5,3	12
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	34,1	63,1	18,8	16,7	*	35,3	47,9	23,8	6,4	3,5	11,6
LEIRIA	32,0	48,5	10,3	4,8	2,3	44,2	55,4	33,6	3,6	1,9	6,1
MARINHA GRANDE	38,8	42,2	9,2	1,7	4,2	45,9	55,5	36,8	5,1	2,6	8,6
NAZARÉ	31,0	51,4	12,7	10,0	8,0	44,8	55	35	5,2	4,2	6,8
ÓBIDOS	28,6	54,2	17	3,6	18,5	42,4	56,1	28,7	2,7	1,3	5,6
PEDROGÃO GRANDE	24,6	72,5	24,4	9,9	22,6	30,6	42,2	20,2	4,2	2,6	7,1
PENICHE	31,9	50,8	13,5	6,9	6,8	41,6	53,9	29,7	7	4,1	12,1
POMBAL	30,1	54,3	21,5	2,7	2,8	36,7	49,8	24,5	3,2	1,8	5,8
PORTO DE MÓS	30,9	52,2	12,8	30,8	16,7	44,3	52,4	32,1	4,5	2,7	6,2
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Lisboa**

DISTRITO  LISBOA	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ALENQUER	27,2	51,1	16,1	1,5	10,1	42,1	55,6	28,9	5,5	2,7	10,8
AMADORA	27,2	39,1	5,2	8,8	8,9	50,9	58,6	43,8	6,7	5	8,9
ARRUDA DOS VINHOS	25,1	45,9	17,2	*	*	42,9	57,7	28,2	5	2,5	10,1
AZAMBUJA	28,2	52,8	14	11,5	14,3	41,2	53,1	30	8,1	4,5	14,2
CADAVAL	27,2	58,5	17,1	6,9	8,8	36,6	50,2	23,4	5,8	2,3	13
CASCAIS	26,5	42,9	5,2	16,6	7,7	49	56	42,4	6,9	5,3	8,8
LISBOA	21,4	49,2	5,7	10,7	10,6	45,7	53,4	39,2	7,3	6,1	8,6
LOURES	28,4	39,6	5,6	6,3	8,3	50,7	58,6	43,3	6,2	4,4	8,6
LOURINHÃ	33,2	55,7	15,3	2,7	2,6	39,6	53,7	25,7	5	2,1	11,1
MAFRA	28,4	49,6	11,9	12,3	3,9	42,8	55,6	30,4	4,6	2,3	8,5
OEIRAS	26,1	40,6	3,8	5,9	7,0	49,6	55,8	43,9	6,9	5,5	8,4
SINTRA	27,7	40,5	5,2	8,8	9,4	51,1	58,7	44	6,6	4,3	9,5
SOBRAL MON. AGRAÇO	28,0	53,1	14,6	1,7	10,5	39,9	54,6	25,7	4,2	2,4	7,9
TORRES VEDRAS	28,5	49,9	14,1	4,5	10,2	44,2	55,8	32,9	4,9	2,6	8,9
VILA FRANCA DE XIRA	30,6	43,3	6,9	1,3	7,0	48,9	57,7	40,3	8,9	5,4	13,9
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Portalegre**

DISTRITO  PORTALEGRE	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ALTER DO CHÃO	24,4	71,8	24,9	6,5	9,1	33,7	44,4	23,9	8,4	4,1	15,5
ARRONCHES	23,9	68,4	31	7,8	*	35,2	48,5	22,2	5,5	3	10,7
AVIZ	27,2	67,0	27,1	2,3	3,8	40,5	50,5	31,1	9,5	4,8	16,6
CAMPO MAIOR	31,4	59,2	21,2	7,7	15,4	38	50,4	26,1	11,3	6,2	20,9
CASTELO DE VIDE	25,0	76,8	28,3	*	*	36,7	47	27,3	7	2,8	13,5
CRATO	23,2	71,4	22,9	5,5	33,3	37,4	48,5	27,2	11,8	4,8	23,2
ELVAS	30,1	55,4	16,3	3,4	12,2	41,4	53,1	30,1	6,1	3,9	9,8
FRONTEIRA	27,9	64,1	22,9	*	*	40,4	51,7	30,1	14,8	5,8	29
GAVIÃO	19,8	76,1	29,4	17,5	7,7	30,3	42,1	19,3	11,8	3	29,4
MARVÃO	22,6	68,4	25,7	8,8	*	33,7	49,9	18,6	5,4	2,4	12,7
MONFORTE	26,3	65,9	33,3	0,4	*	36,9	50,7	25,4	10,7	3	23,7
NISA	21,1	77,8	26,3	19,4	9,4	32,1	46	19,4	4,4	1,8	10,1
PONTE DE SÔR	28,2	59,0	23	8,5	6,7	40,8	53	29,4	11,3	4,3	23,2
PORTALEGRE	27,5	53,9	23,3	1,2	13,1	43,1	52,8	33,9	6,5	3,2	11,3
SOUSEL	24,4	61,0	27,3	6	*	39,9	51,9	29	13,3	5,9	25
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito do Porto**

DISTRITO PORTO	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
AMARANTE	39,3	55,4	14,7	21,3	3,1	39	52,9	25,7	5,7	4,1	8,7
BAIÃO	38,0	61,3	18,7	13,6	1,9	35	51,1	20	4,5	3,2	7,7
FELGUEIRAS	40,2	52,5	9,9	23,1	2,0	49,1	57,8	40,8	2,6	2,3	3,1
GONDOMAR	30,1	42,4	6,6	2,5	3,9	48,4	59,1	38,1	5,4	3,8	7,8
LOUSADA	40,7	51,9	10,4	27,0	6,2	48,9	58,3	39,8	2,3	2,1	2,5
MAIA	30,8	43,6	5,9	19,5	3,5	50,8	58,8	43,3	4,7	3,6	6,1
MARCO DE CANAVEZES	34,4	54,4	10,4	28,3	4,3	41,7	55,9	28	4,6	2,9	7,7
MATOSINHOS	29,7	42,5	5,5	9,5	4,2	50,2	58,7	42,3	7,1	5,6	9,1
PAÇOS DE FERREIRA	37,8	47,5	7,6	25,6	0	50,6	61,4	39,8	2,3	1,7	3,3
PAREDES	39,4	49,7	7,6	21,8	3,1	45,6	59	32,2	4	2,4	7
PENAFIEL	40,7	53,9	9,2	22,4	1,4	43,8	56,7	31,1	4,2	3,3	6
PORTO	25,1	46,6	4,8	2,1	8,1	47,5	55,3	40,9	6,9	6	8
PÓVOA DO VARZIM	36,2	50,1	7	14,0	4,8	48	55,8	40,8	4,9	3,8	6,2
SANTO TIRSO	32,9	46,3	7,9	12,2	4,2	52,9	59,8	46,4	4,4	3,9	5,1
VALONGO	31,9	41,9	5,5	6,5	1,9	49,9	59,3	40,8	6,4	4,4	9,2
VILA DO CONDE	33,1	46,9	7,2	13,0	5,9	49,9	59	41,1	4,1	3,3	5,1
VILA NOVA DE GAIA	29,2	42,7	6,4	5,5	4,9	49,4	58,8	40,5	5,6	4,2	7,4
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Santarém**

DISTRITO  SANTARÉM	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ABRANTES	25,3	54,6	14,7	9,3	8,8	39,9	52,9	27,5	7,6	3,6	15
ALCANENA	29,8	55,6	10,6	15,8	10,9	45,2	56,1	34,9	2,9	1,6	4,8
ALMEIRIM	26,2	49,4	18,7	10,6	13,7	47,1	57,8	37,1	6,1	3,6	9,6
ALPIARÇA	24,9	55,8	20,7	14,7	5,0	44,3	54,5	34,9	5,6	2,9	9,5
BENAVENTE	28,0	45,9	14,9	4,4	15,0	48,7	59	38,6	7,3	3,4	13
CARTAXO	27,2	51,6	11,8	5,7	6,1	42,9	54,7	31,6	6,7	4	11,3
CHAMUSCA	27,4	55,9	19,8	11,8	19,4	44,7	56,8	33,3	7,1	3,6	12,8
CONSTÂNCIA	29,7	53,3	12,5	31,3	*	38	52,2	24,7	10,5	3,8	23,6
CORUCHE	23,3	51,0	27,2	48,6	6,3	47,4	57,6	37,6	12,1	4	24
ENTRONCAMENTO	25,5	42,3	5,2	1,2	2,1	43	55,2	31,4	7,8	3,6	14,9
F. DO ZÊZERE	30,0	70,9	19,3	10,7	5,9	33,5	48,6	19,9	3,4	2	6,6
GOLEGÃ	27,7	57,9	15,8	7,5	*	41,6	53,2	31,3	11,4	4,8	21,5
MAÇÃO	21,7	76,3	22,3	13,2	9,5	36,2	48	25,2	7,1	3,6	13,2
RIO MAIOR	29,2	52,9	14,2	4,2	13,5	41	54,8	27,7	4,1	2,9	6,4
SALVATERRA MAGOS	27,5	48,5	22,1	5,3	12,2	46,9	55,8	38,3	8,5	3,5	15,5
SANTARÉM	27,4	68,7	12	5,6	9,2	43	54	32,9	5,5	3,4	8,7
SARDOAL	29,2	71,0	15,4	5,1	*	34,2	47,4	21,8	6,8	2,7	15,1
TOMAR	27,7	54,5	12,5	6,0	6,7	40,6	51,8	30,4	8	4,3	13,9
TORRES NOVAS	28,0	53,8	10,3	2,8	9,8	42,1	53,4	31,6	6,1	2,6	11,5
VILA N. DA BARQUINHA	25,4	47,3	9,7	0,9	21,4	39,6	53,2	26,7	9,6	4,7	18,8
VILA NOVA DE OURÉM	31,8	56,8	16,9	3,5	3,5	39,9	52,7	28,3	3,2	1,7	5,8
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Setúbal**

DISTRITO  SETÚBAL	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ALCÁCER DO SAL	28,3	54,1	24,9	11,0	13,8	45,5	58	33,7	9,7	4,4	18,4
ALCOCHETE	25,7	46,4	13,5	11,8	16,1	46,3	55,5	37,5	10,3	5,7	16,8
ALMADA	25,5	42,0	6,4	7,3	10,1	47,2	55,4	39,5	9	6,4	12,4
BARREIRO	24,8	40,7	6	0,6	13,3	45,8	54,2	37,7	11,7	7,5	17,4
GRÂNDOLA	26,7	55,9	26,9	22,8	17,1	40,9	53,8	28,4	9,4	4,7	17,8
MOITA	32,8	47,6	9	1,9	13,6	44,1	52,6	35,9	13,9	8,7	21,2
MONTIJO	26,6	46,7	13,8	30,8	14,1	45,8	55,3	36,9	7,7	4,6	11,9
PALMELA	28,0	49,0	15	9,0	10,2	45,7	56,2	35,7	9,1	5,5	14,6
SANTIAGO DO CACÉM	30,5	53,2	19,2	2,7	7,0	41,5	53,7	29,7	10,3	5,4	18,9
SEIXAL	30,5	40,1	4,7	1,4	3,9	49,1	57,6	40,9	9,4	5,8	14,3
SESIMBRA	27,6	46,3	11,1	25,0	16,0	42,9	55,4	30	6,9	3,4	13,3
SETÚBAL	29,5	46,7	9,2	1,4	13,9	45,7	54,3	37,4	12,2	8,1	17,9
SINES	31,0	49,0	14,1	2,9	12,8	45,1	56,9	33,3	9,3	3,3	19,5
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Viana do Castelo**

DISTRITO  VIANA DO CASTELO	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ARCOS DE VALDEVEZ	34,6	72,3	21,3	18,9	5,5	35,2	41,7	30	3,8	3,1	4,6
CAMINHA	32,3	59,6	9,6	12,0	5,9	39,7	50,5	30,6	4,4	2,9	6,5
MELGAÇO	26,0	63,3	19,2	8,0	6,3	33,7	42,9	26,7	2,9	2,7	3,3
MONÇÃO	29,3	60,4	16,3	22,3	9,1	42,6	49,4	36,9	2,9	2,8	2,9
PAREDES DE COURA	30,7	65,4	24,1	17,2	*	44,3	48,7	40,4	7	7,5	6,5
PONTE DA BARCA	37,7	64,9	20,9	18,4	10,0	38,2	45,8	31,7	4	2,9	5,3
PONTE DE LIMA	38,2	61,0	14,3	20,7	*	41,6	50,3	33,9	4,6	3,8	5,7
VILA N. DE CERVEIRA	30,9	61,0	12,9	22,0	2,2	37,1	46,1	29,1	3,2	3	3,5
VALENÇA	29,4	57,0	10,9	12,9	*	40	50,7	30,6	6	4,8	7,9
VIANA DO CASTELO	33,0	53,4	8,9	8,9	2,4	43,6	52,1	36,2	6,2	4,2	8,8
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Vila Real**

DISTRITO  VILA REAL	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ALIJÓ	35,1	61,2	15,4	17,1	5,8	35,4	46,6	24,4	5,6	3	10,6
BOTICAS	32,5	63,5	24,8	8,6	11,8	39,9	48	31,6	3,9	2,5	6
CHAVES	31,7	55,9	14,4	1,3	7,0	36	48,8	23,7	6	3,9	10
MESÃO FRIO	40,1	60,3	17,2	17,8	*	34	49,8	19,2	8	3,6	18,8
MONDIM DE BASTO	45,1	67,1	19,5	32,0	7,7	29,6	41,3	18	6	4,3	10
MONTALEGRE	34,4	68,8	24,1	5,0	10,0	34,9	45,5	24,2	9,4	7,9	12,3
MURÇA	37,0	64,0	15,3	15,9	7,1	33,5	45,1	22,1	6,5	4,9	9,7
PESO DA RÉGUA	35,7	54,6	12,7	10,3	6,3	39,2	51,3	27,8	8	5,1	13,1
RIBEIRA DE PENA	40,2	67,5	25,3	27,0	*	30,7	43,6	17,9	3,3	1,8	7,1
S. MARTA PENAGUIÃO	31,4	54,5	17,4	16,5	5,1	32,4	44,8	20,6	7,2	4,1	13,7
SABROSA	34,8	64,1	14,8	0,3	6,3	41,1	52,6	29,8	3,7	2,2	6,2
VALPAÇOS	32,2	59,3	20,3	47,9	4,0	39	51,1	27,2	3,1	2,4	4,5
V. POUÇA DE AGUIAR	37,8	61,8	16,4	8,5	11,3	35,8	49,1	22,6	4,9	2,9	9,2
VILA REAL	32,5	51,8	11,2	13,8	6,0	38,8	48,2	30	8,5	5,8	12,5
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

**Alguns Indicadores Seleccionados por Concelho**
**Distrito de Viseu**

DISTRITO	TAXAS DE DEPENDÊNCIA (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)	2º CICLO / BÁSICO (%)		TAXA DE ACTIVIDADE (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	JOVENS	TOTAL		ABANDONO	DESISTÊNCIA	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
ARMAMAR	34,5	61,3	15	17,1	6,3	32,9	48,7	17,6	5,9	4,5	9,4
CARREGAL DO SAL	34,6	62,6	13,3	10,5	8,3	33,4	46,1	21,5	6,7	3,8	12,6
CASTRO DAIRE	36,3	70,2	24,4	23,7	9,5	36,8	46,1	27,9	4,3	1,8	8,3
CINFÃES	37,4	63,2	17,3	24,7	12,7	37,5	49,8	26	5,6	4,7	7,2
LAMEGO	34,6	54,8	14,6	7,5	4,5	38,6	50,8	27,2	9,5	5,5	16,5
MANGUALDE	33,4	60,1	12,5	19,2	2,3	35,9	48,3	24,4	5,1	3,7	7,6
MOIMENTA DA BEIRA	38,8	66,2	16	8,5	10,3	35,5	49,7	22,4	4,6	3	8,1
MORTÁGUA	31,2	57,1	13,3	11,2	*	41,3	52,3	30,8	5,7	3	10,1
NELAS	33,8	59,5	10,2	11,1	1,5	35,6	46,5	25,1	7,5	5,5	11,1
OLIVEIRA DE FRADES	37,2	65,5	14,9	8,8	2,5	43,1	49	37,6	4,5	4,2	4,8
PENALVA DO CASTELO	37,8	71,7	21,4	20,0	*	38,9	49,1	29,3	2,9	2,7	3,3
PENEDONO	43,9	67,9	17,4	12,5	*	33,3	48,5	19,3	4,4	1,9	10,3
RESENDE	37,2	64,9	24,8	17,4	*	33,2	44,1	22,9	2,9	1,8	4,9
S. JOÃO DA PESQUEIRA	37,7	66,7	16,7	22,7	11,6	35,3	52,4	18,4	4,2	2,2	10
SANTA COMBA DÃO	33,1	60,4	11,7	10,1	2,3	34	48,8	20,3	7,5	4,9	13,2
S. PEDRO DO SUL	33,7	66,7	18	17,7	6,1	41,2	48,5	34,5	4,6	3,1	6,5
SATÃO	37,9	64,9	19,5	15,3	3,2	40,2	49,2	31,9	5,3	3,2	8,4
SERNANCELHE	37,7	66,7	18,5	23,7	*	34	49,9	18,8	6,6	4,5	12
TABUAÇO	38,8	65,5	15	13,2	23,1	34,7	50,3	19,9	4,9	1,9	11,8
TAROUCA	37,6	58,5	14,1	15,2	5,0	40	53,2	27,4	6,9	2,1	4,5
TONDELA	30,7	60,0	12,6	7,5	3,1	37,9	50,7	26,2	5,4	3,6	8,7
VILA NOVA DE PAIVA	39,0	68,8	21,2	16,9	*	43,1	50,2	31,8	6	3,8	9,2
UIVÉU	34,6	54,5	12,1	7,3	5,3	40,7	50,2	31,8	6	3,8	9,2
VOUZELA	33,2	66,7	14,9	14,6	*	41,9	50,8	33,6	4,3	3,2	5,8
CONTINENTE	29,9	50,3	10,9	8,2	7,9	44,9	54,4	36	6,1	4,2	8,8
PORTUGAL	30,5	50,8	11	*	*	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9

Fontes: Censo de 1991 - INE, PEPT - 1993

## **Bibliografia**

- Almeida, A.M. e outros ( 1995 ) - *Os Maus Tratos às Crianças em Portugal*; Relatório Final da Primeira Fase - (Documento de trabalho de divulgação restrita).
- Amaro, J.F. ( 1986 ) - *Crianças Maltratadas, Negligenciadas ou Praticando a Mendicidade*; C.E.J.nº 2
- Amaro, J.F. ( 1987 ) - *A Criança Maltratada. Aspectos Sociológicos*, in “A Criança Maltratada;” Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, Lisboa.
- Araújo, H.S. ( 1987 ) - *A Criança Maltratada*, in “A Criança Maltratada;” Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, Lisboa.
- Benavente, A. e outros ( 1994 ) - *Renunciar à Escola*; Fim do Século Edições, Lisboa.
- Bowlby, J. ( 1989 ) - *Los Cuidados Maternos Y la Salud Mental*; Humanitas, Buenos Aires.
- Brazelton, B. ( 1995 ) - *Conferência realizada no” Simpósio Internacional sobre Stress e Violência na Criança”*, Lisboa
- Canário, R. ( 1992 ) - *A Inovação e a Gestão de Recursos*, in “As Organizações Escolares e Análise” I.I.E, Lisboa
- Carrilho, M.J. ( 1993 ) - *Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas - 1981-1991* - INE, Lisboa
- Dunst, C.J. ( 1995 ) - *Influência do Apoio Social no Comportamento e Desenvolvimento da Criança e do Agregado Familiar*. Trabalho baseado na “Conferência realizada no Quarto Encontro sobre Intervenção Antecipada”; Coimbra
- Ferrão, J. ( 1995 ) - *Caracterização Regional dos Factores de Abandono e Insucesso Escolar nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico*; ( Estudo de Actualização : Ano Lectivo 1992/93 )- PEPT, Lisboa
- Leitão, F.A.R. ( 1989 ) - *A Avaliação de Programas de Intervenção Educativa Precoce*, in Educação Especial e Reabilitação -Vol.1, nºs 1e2
- Niza, S. ( 1995 ) - *Necessidades Especiais de Educação. Da Exclusão à Inclusão na Escola Comum* - Trabalho não publicado.
- Ochotorena, J.P. ( 1988 ) - *Maltrato Y Abandono Infantil. Identificación de Factores de Riesgo*; L'Edicion Servicio Central de Publicacion del Gobierno Vasco, Bilbao.
- Portugal: Situação das Mulheres*, ( 1993 ) - Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres; Lisboa.
- Preparar Portugal para o Século XXI. Análise Económica e Social* ( 1993 ) - Ministério do Planeamento e da Administração do Território; Lisboa.
- Rodrigues, A. e outros, ( 1990 ) - *Relatório Nacional para a Cimeira Mundial da Criança*; ( Trabalho não Publicado.)

Ruivo, J.B. ( 1992 ) - *Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Educação. O Caso da Educação Pre-Escolar*, in *Inovação*, Vol. 5 nº 1 - I.I.E., Lisboa.

Silva, M. ( 1989 ) - *A Pobreza Infantil em Portugal*: Comité Português para a UNICEF.

Sylva, K. e outros ( 1987 ) - *Monitoring the High/Scope Training Programme - 1984-1985* - Department of Social and Administrative Studies; University, Oxford.

Tjossem, T.D. ( 1978 ) - *Early Intervention: Issues and Approaches*, in *Interventions Strategies for High Risk Infants and Young Children*; Theodore D. Tjossem ( Eds ): University Park Press, Baltimore, London

Turner, R.S. (1988 ) - *Direct, Indirect and Moderating Effect of Social Support on Psychological Distress and Associated Condition*; Kaplan, H.B.(Ed), New York.

Vanistendael, S. ( 1995 ) - *Cómo Crecer Superando los Percances*; Oficina Internacional de la Infancia - BICE, Ginebra

Wedell, K. ( 1991 ) - Conferência sobre *Crianças com Necessidades Especiais*; Instituto de educação, Universidade de Londres.